



CORECON-RJ
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA



CORECON-RJ

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

**Economia Brasileira
CNU - 2024
Parte V
Os Governos Lula e Dilma**

*Prof. Antonio Carlos Assumpção
Doutor em Economia – UFF
Site : acjassumpcao.com*



O Governo Lula

■ Caminhando para o ‘Centro’

- Ainda durante a campanha Lula dá mostras de que a política econômica e as “regras do jogo” serão mantidas caso ele seja eleito.
 - O discurso começa a mudar de tom a partir da escolha, como coordenador do programa de governo, de um membro mais moderado do partido: Antônio Palocci.
- Certamente a dramaticidade da crise argentina de 2001/2002 e a própria seriedade da situação externa do país em 2002 contribuíram para uma mudança no discurso.
 - Documentos importantes lançados em 2002 e 2003 → **i)** “Carta ao Povo Brasileiro” (junho de 2002); **ii)** o programa de governo, muito mais moderado (julho de 2002); **iii)** “Nota sobre o Acordo com o FMI” (agosto de 2002) e **iv)** “Política Econômica e Reformas Estruturais” (2003).



O Governo Lula

- No final de 2002 diminui a pressão sobre o câmbio.
 - No início de 2003 ainda tivemos três elevações na Selic (chegou a 26,5%) para conter o aumento da inflação (efeito do câmbio).
- Controlada a inflação, a taxa de juros começa a cair rapidamente.
- O novo cenário combinava a consolidação da estabilidade de preços com taxas de juros mais baixas, câmbio mais desvalorizado, forte crescimento da economia mundial (a partir de 2004) e elevação dos preços das *commodities*. Isso acabou fazendo com que a economia brasileira sustentasse taxas de crescimento mais significativas no período 2004-2008.
 - Entre 2003 e 2008 a taxa de crescimento média foi maior em relação ao período anterior, mas inferior aos resultados da economia mundial.



O Governo Lula

- Os elevados superávits na balança comercial acabaram por gerar superávits em conta corrente que, associados a forte entrada de capitais, permitiram ao Governo Brasileiro tornar-se credor líquido em moeda estrangeira (tanto pela redução da dívida bruta quanto pelo acúmulo de reservas internacionais).
 - Isso ocorreu entre 2006 e 2007.
- A política fiscal foi mantida durante o período, com a elevação dos superávits primários comparativamente ao período anterior.
 - Essa política fez com que a DLSP fosse reduzida consideravelmente, até os efeitos da crise do *subprime*.



O Governo Lula

■ As Primeiras Medidas

- a) Nomeou Henrique Meirelles para a presidência do Bacen.
- b) Anunciou as metas de inflação para 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5%, respectivamente.
 - A carta aberta, de 21/01/2003, estabeleceu metas ajustadas (para mais) de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004, mas que implicavam em redução em relação a taxa efetiva de 2002.
- c) Elevou a taxa Selic: três aumentos seguidos, como resposta às pressões inflacionárias, dada a depreciação cambial → a Selic atingiu 26,5%.
- d) Aumento da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003 → resposta ao aumento da DLSP por conta da depreciação cambial.
 - Ordenou cortes do gasto público.



O Governo Lula

▪ As Primeiras Medidas

- e) Colocou na LDO o objetivo de manter a mesma meta fiscal, de 4,25% do PIB de superávit primário, para o período 2004-2006.
 - f) Renovação do acordo com o FMI, até o final de 2004 → o país acabou não fazendo uso dos recursos.
-
- Agindo assim, o PT somou-se a um vasto conjunto de partidos de esquerda que, ao longo dos anos e em diferentes países, tinham se transformado durante o exercício do Poder.
 - Diante das cobranças dos que defendiam um aumento do gasto público, Lula, já como presidente da República, desabafou:
 - “Todo mundo tem o direito de ser contra (a política do governo), mas, por favor, apresentem de onde vão tirar o dinheiro” (Folha de S. P., 07/05/2003).



O Governo Lula

- **Já em 2003** → resultados positivos em termos de combate à inflação, com contribuição da queda do câmbio no início de 2003.
 - Para isso, contribuiu não apenas a política econômica como também a abundância conjuntural de liquidez internacional, face às baixíssimas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos.
- Também contribuíram para uma rápida reversão de expectativas o compromisso do novo governo com as chamadas “reformas estruturais”:
 - O envio ao Congresso da proposta de reforma tributária.
 - Uma proposta de reforma da Previdência Social.



O Governo Lula

▪ Os quatro objetivos da reforma tributária

- 1) Uniformizar a legislação do ICMS.
- 2) Prorrogar a Desvinculação de Receitas da União (DRU) → remanejamento das receitas, inclusive para aumentar o superávit primário.
- 3) Renovar a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), evitando queda da receita em 2004.
- 4) Transformar a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) em uma tributação sobre o valor adicionado, em substituição à taxaçoão “em cascata” até então prevalecente.



O Governo Lula

- **Reforma da Previdência Social** concentrada no regime dos servidores públicos.
 - 1) Taxação, através de alíquota contributiva, dos servidores inativos.
 - 2) Antecipação, para todos os funcionários da ativa (inclusive aqueles já empregados), da idade mínima para aposentadoria integral, de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres.
 - Prevista apenas para os novos entrantes na Emenda Constitucional nº 20, de 1998.
 - 3) Definição do mesmo teto de benefícios do INSS para os benefícios dos novos entrantes
 - Com a possibilidade de criação de fundos de pensão para a complementação da aposentadoria a partir desse limite.



O Governo Lula

▪ **Esse conjunto inicial de medidas econômicas gerou:**

1) Comentários sobre a fase ortodoxa de Lula.

- “Desde a redemocratização, o atual governo é o primeiro a não adotar medidas heterodoxas e a manter modelo econômico do antecessor. Diferentemente do que esperavam investidores, o petista limitou-se a seguir política de disciplina fiscal e juros altos contra inflação”. (Folha de São Paulo – 09/07/2006).

2) Criação do Psol.

- O Partido Socialismo e Liberdade (Psol) foi fundado no dia 6 de junho de 2004, por dissidentes do PT (Heloísa Helena, Babá, Luciana Genro,...).
- A articulação para a criação do partido começou com uma crise na bancada petista, em 2003, em função de discordâncias acerca das medidas iniciais de política econômica do governo.



O Governo Lula

- A inflação cedeu rapidamente a partir do segundo trimestre do ano de 2003, fechando o ano em 9,3%, ligeiramente acima da meta de 8,5%.
- A taxa de juros real média (Selic) em 2003-2004 mostrou-se similar à do segundo Governo FHC.
 - Entre 1995-1998 a taxa Selic real média foi de 22% a.a., no período 1999-2002 ela caiu para 10% a.a., subindo para 13% a.a. em 2003 e cedendo para 8% em 2004.
 - A Selic real foi 11% a.a. do primeiro Governo Lula (2003-2006), ligeiramente superior à do segundo Governo FHC e diminuiu para 6% a.a., no segundo Governo (2007-2010).



O Governo Lula

- Durante o governo Lula o Bacen operou com independência.
 - No começo do Governo, em 2003, a Selic foi aumentada de 25,0% a.a. para 26,5% a.a. (pressão do câmbio).
 - Entre setembro de 2004 e maio de 2005 a Selic aumentou de 16,0% a.a. para 19,75% a.a. (forte aumento no preço das *commodities*).
 - Entre abril e setembro de 2008 a Selic aumentou de 11,25% a.a. para 13,75% a.a. (pressão de demanda).
 - Entre abril e julho de 2010, já afastados os efeitos da crise do *subprime* a Selic aumentou de de 8,75% a.a. para 10,75% a.a. (pressão de demanda).
- A taxa real de juros diminuiu, na média, mas ainda continuou alta para os padrões internacionais.



O Governo Lula

- **Independência do Bacen** → uma exceção foi a “disputa” sobre a revisão da meta em 2006.
- A inflação havia diminuído muito (fechou o ano de 2006 em 3,14% a.a.) e o Presidente do Bacen queria reduzir a meta para o ano seguinte (centro da meta de 4,5% a.a.).
- Houve uma disputa aberta entre o Presidente do Bacen e o Ministro da Fazenda (Guido Mantega) → a meta foi mantida.
 - Antonio Palocci Filho foi Ministro da Fazenda entre 1º de janeiro de 2003 e 27 de março de 2006. Ele foi substituído por Guido Mantega, antigo assessor de Lula e antigo Ministro do Planejamento, que permaneceu até o final do governo Lula e continuou durante o governo Dilma (01/01/2011 – 01/01/2015).



O Governo Lula

- A taxa de câmbio real brasileira se apreciou durante o período 2003-2010 → exceção ao período da crise do *subprime*.
- A apreciação foi ocasionada por:
 - Câmbio inicialmente depreciado combinado com a melhoria dos termos de troca (forte crescimento da economia mundial e preços das *commodities*).
 - Maior fluxo de capitais para o Brasil (desempenho da economia mundial).
- Os efeitos da apreciação cambial demoraram a ser sentidos, dado o crescimento firme da economia mundial (especialmente antes da eclosão da crise do *subprime*) → entre 2002 e 2007 as exportações brasileiras (*quantum*), cresceram mais de 9% a.a.
- O aumento do consumo também contribuiu para a reversão dos resultados da CC → a relação Consumo/PIB aumentou no período 2007-2010.



O Governo Lula

- O bom desempenho da Balança Comercial no Governo Lula dependeu mais o aumento do valor das exportações → grande elevação dos preços das exportações.
 - O preço das exportações brasileiras aumentou cerca de 50% entre 2002 e 2010. No caso dos produtos básicos exportados pelo Brasil, o aumento foi de, aproximadamente 75%.
- Houve uma perda de participação dos manufaturados na pauta de exportações do país.
 - Essa rubrica, que em 1970 respondia por apenas 15% das exportações totais e em 1985 já tinha alcançado 55% do total, manteve-se aproximadamente nesse nível, com algumas oscilações, até 2002, porém caindo para 39% do total em 2010.



O Governo Lula

- A política fiscal foi mais contracionista que no Governo anterior.
- Em 2003 o gasto primário total, incluindo as transferências para Estados e Municípios (deflacionado pelo DIP) caiu mais de 3%.
 - Ele voltou a aumentar fortemente já a partir de 2004, sendo financiado pela elevação da carga tributária, repetindo o padrão do governo anterior.
- Os elevados superávits primários do período permitiram a redução da DLSP em relação ao PIB. Ao longo do tempo a despesa com juros (mesmo muito alta) foi diminuindo.



O Governo Lula

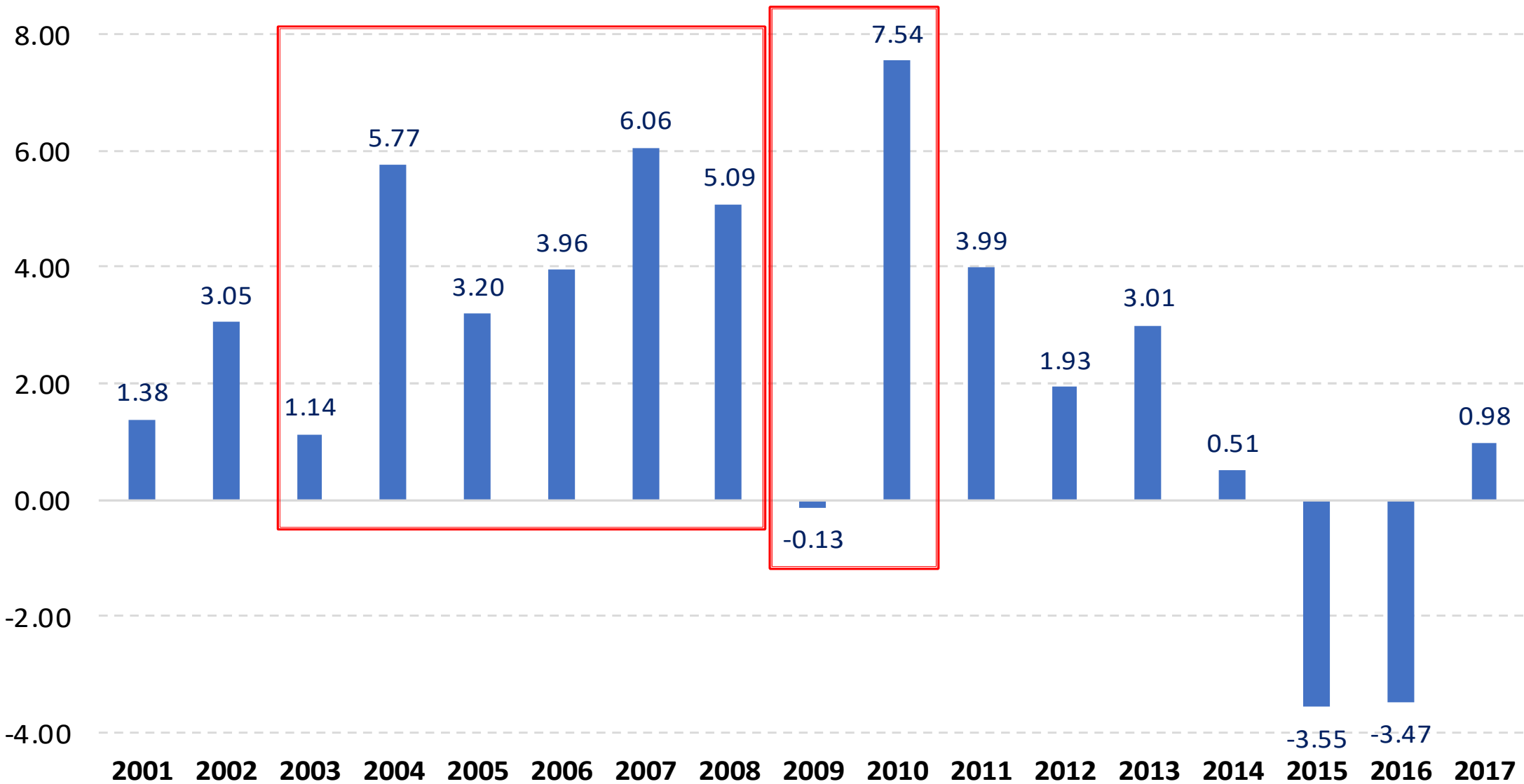
- **Com a substituição de Palocci por Mantega tivemos:**
- Divergências públicas (em várias ocasiões) em relação a condução da política monetária → como vimos, o ápice dessas divergências ocorreu em 2006.
- A taxa de variação real do gasto público teve um aumento expressivo em relação à média dos dois primeiros anos de Governo → afrouxamento da política de superávits primários.
 - Desconto de parte do investimento da meta de superávit primário → com isso, a “meta fiscal”, na prática, deixou de ser efetivamente perseguida.
- Abandonados os estudos da área econômica destinados a elaborar um plano de longo prazo visando maior contenção do crescimento da despesa, para atacar de modo mais vigoroso o desequilíbrio fiscal.
- Aumento substancial da importância e do papel do BNDES.



O Governo Lula

- Palocci se formou em medicina e militou na política desde muito jovem.
 - Foi cofundador do PT, militou na “Convergência Socialista” e foi presidente do PT em São Paulo.
 - Também foi Prefeito de Ribeirão Preto, Deputado Federal, Ministro da Fazenda e, posteriormente, Ministro da Casa Civil (governo Dilma).
- Em 27 de março de 2006 Palocci renunciou ao cargo de ministro da Fazenda. Sua situação ficou insustentável a partir da quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.
 - Francenildo era testemunha de acusação contra Palocci no caso da *casa do lobby*, mansão alugada pela chamada "República de Ribeirão Preto" para servir de sede para reuniões de lobistas e encontros com prostitutas, conforme investigações da CPI dos Bingos.

Brasil - Taxa de Crescimento - WEO-IMF





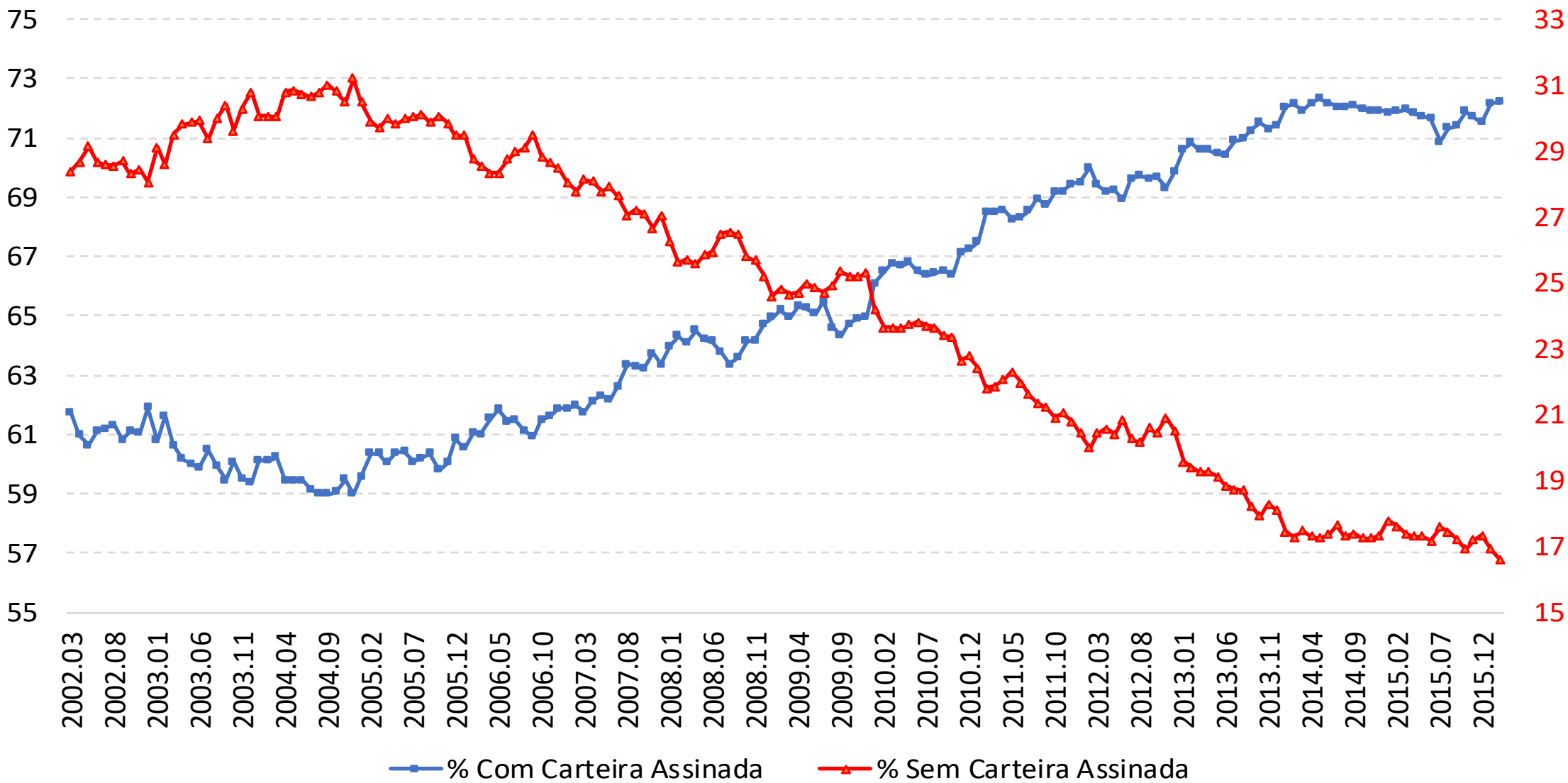
Taxas de Crescimento no Brasil e no Mundo

Taxas de Crescimento

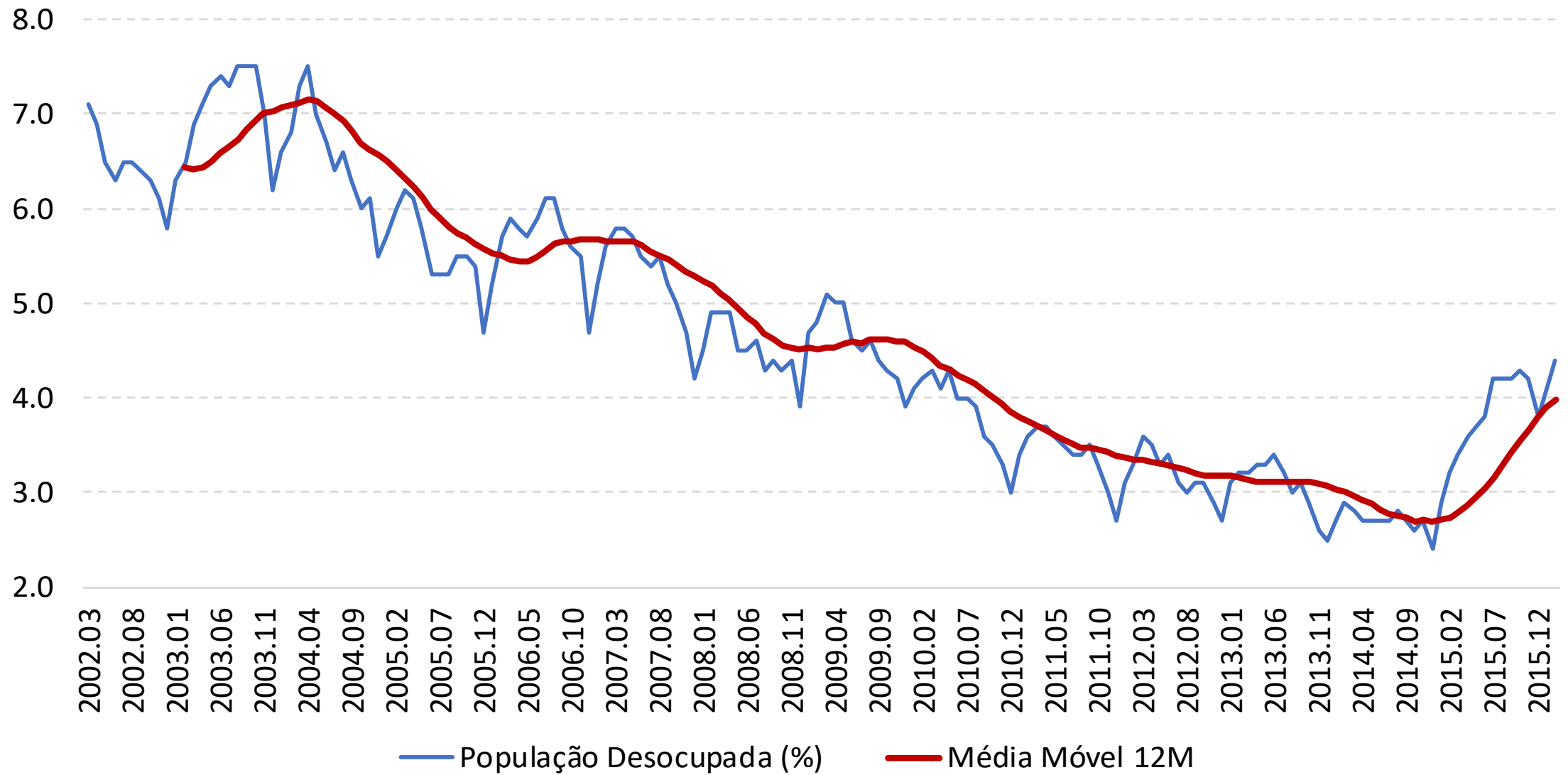
	Economia Mundial	Economias Desenvolvidas	Economias Emergentes	A. Latina e Caribe	África Subsaariana	Economia Brasileira
1995 - 2002	3.46	2.91	4.19	2.23	4.04	2.43
2003 - 2008	4.75	2.31	7.37	4.60	6.35	4.20
2009	-0.15	-3.40	2.77	-1.98	3.90	-0.13
2010	5.39	3.05	7.40	6.12	7.01	7.54
2011 - 2017	3.61	1.81	5.00	1.81	3.93	0.48

Fonte: WEO - IMF

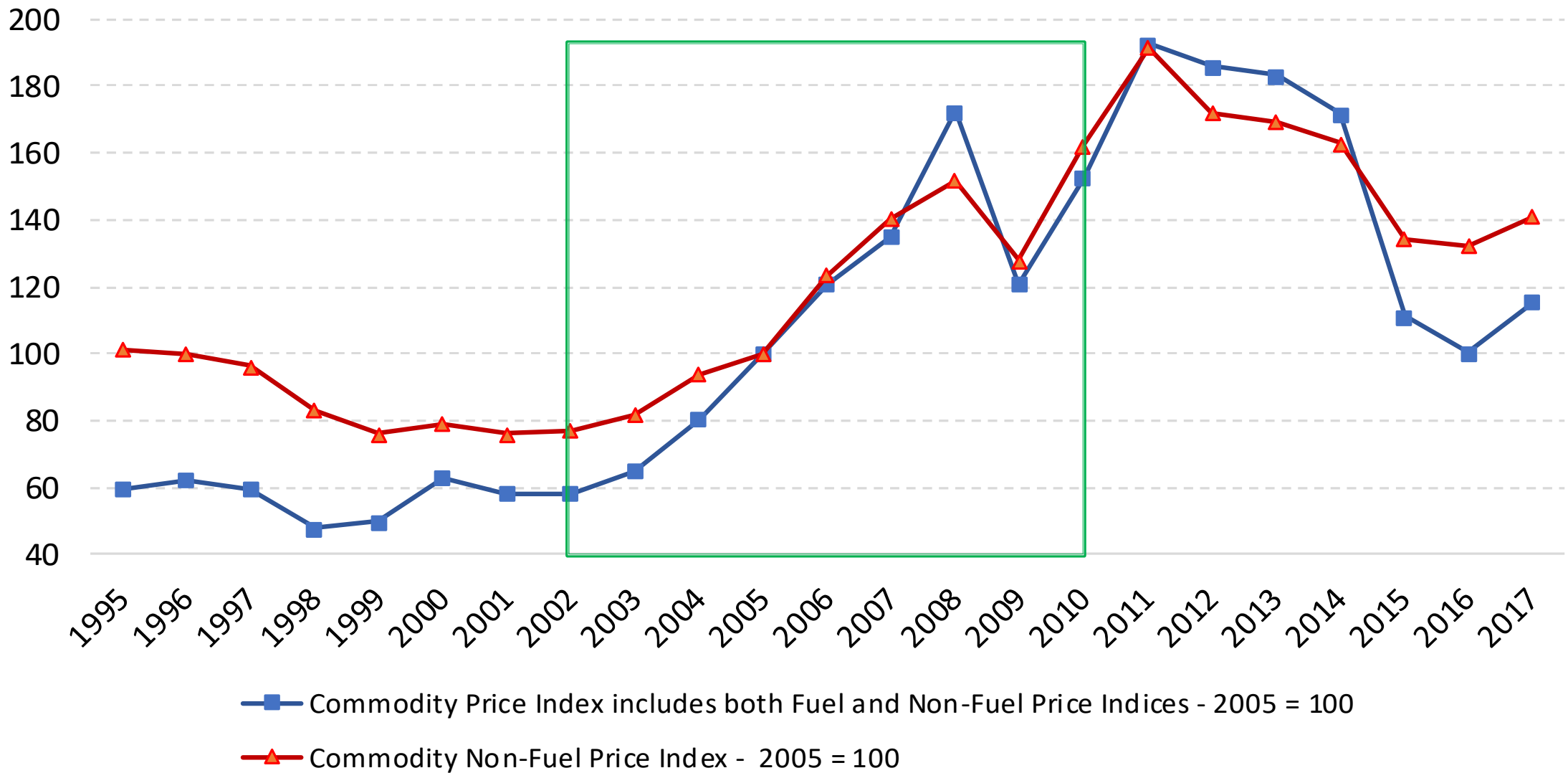
Taxa de Ocupação - % Com e Sem Carteira Assinada - PME - IBGE



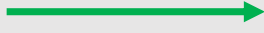

Taxa de Desocupação - % - IBGE - PME



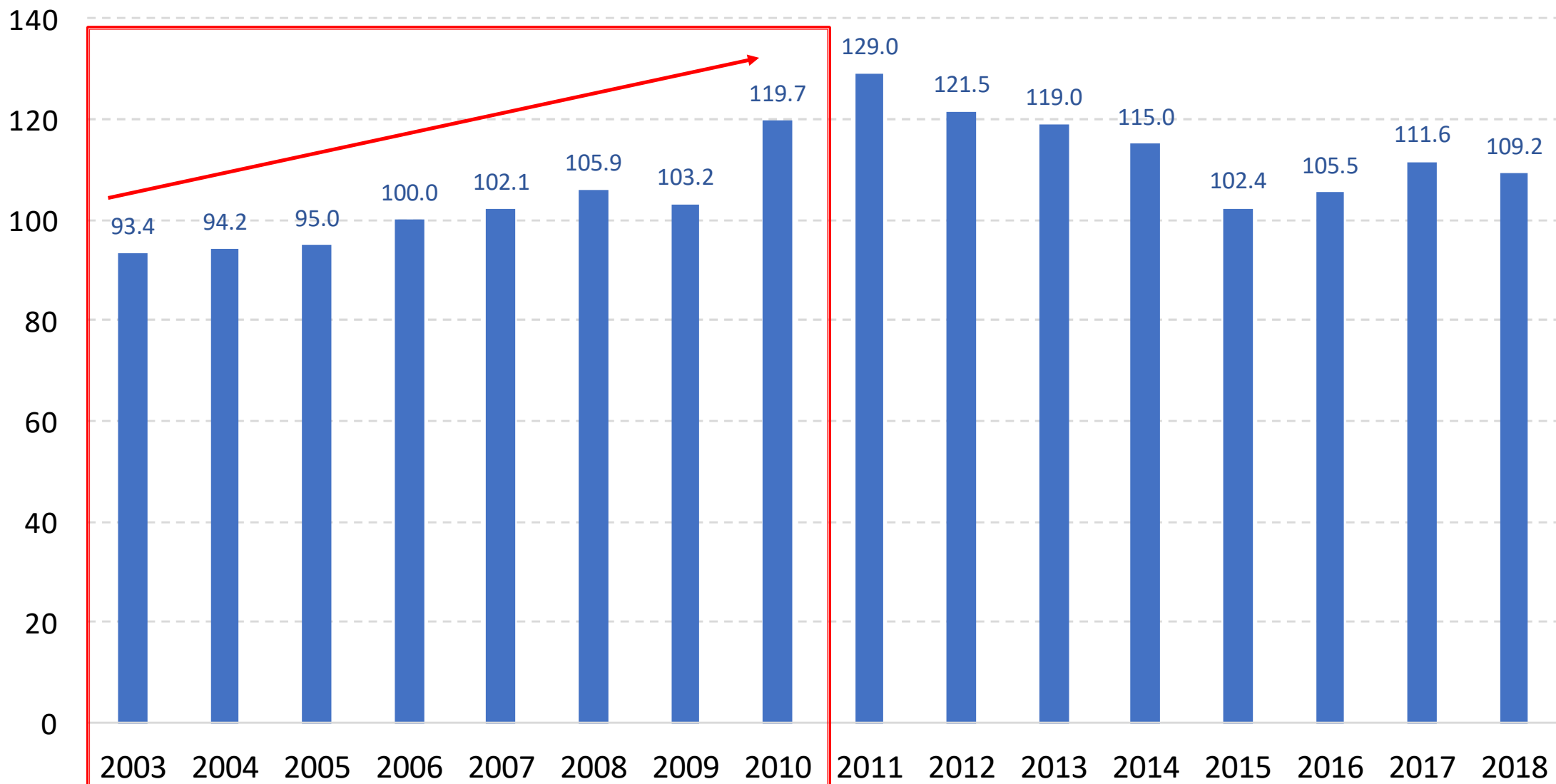
Índice de Preços das Commodities - Fonte: WEO - IMF



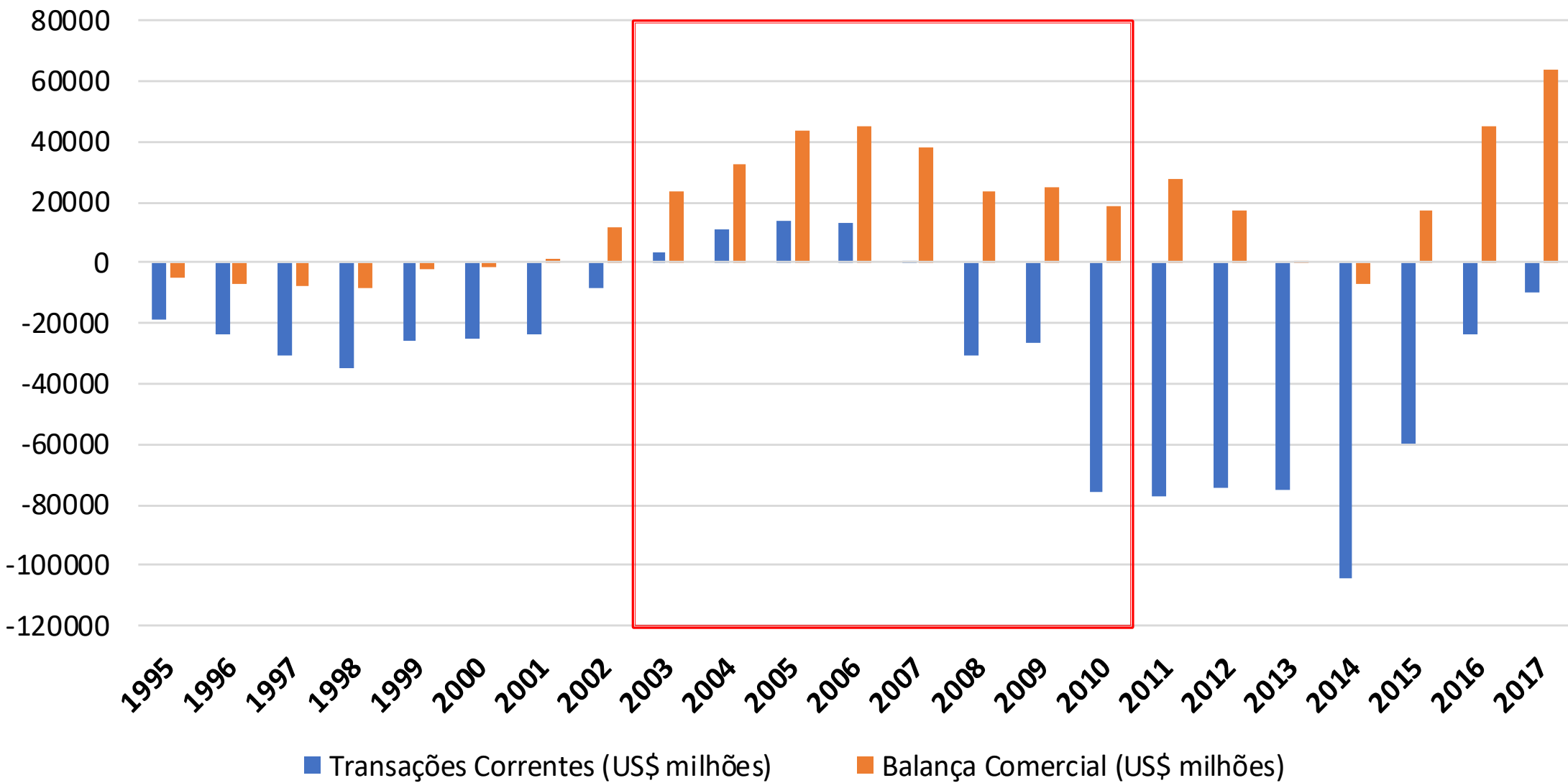
Índices de Preços do Comércio Exterior - (Média 2006 = 100) - Funcex

	Exportações				Importações	Termos de Troca 
	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados	Total		
1995-1998	91.48	80.19	90.30	86.40	81.89	105.61
1999-2002	66.53	62.99	78.69	71.43	75.17	95.03
2003-2008	102.64	96.04	96.54	98.30	99.06	98.43
2009	133.4	110.76	118.62	120.90	117.17	103.18 
2010	174.0	142.92	128.69	145.72	121.74	119.70
2011	228.4	172.85	146.77	179.52	139.12	129.04
2012	209.7	161.03	146.35	170.65	140.44	121.51
2013	206.7	144.84	142.19	165.22	138.80	119.03
2014	188.4	138.78	140.81	156.48	136.07	115.00
2015	132.5	116.49	124.86	122.73	119.91	102.35
2016	123.6	111.99	117.51	115.15	109.19	105.46
2017	139.4	125.10	124.23	126.76	113.62	111.56
2018	149.7	127.29	130.38	133.32	122.05	109.23

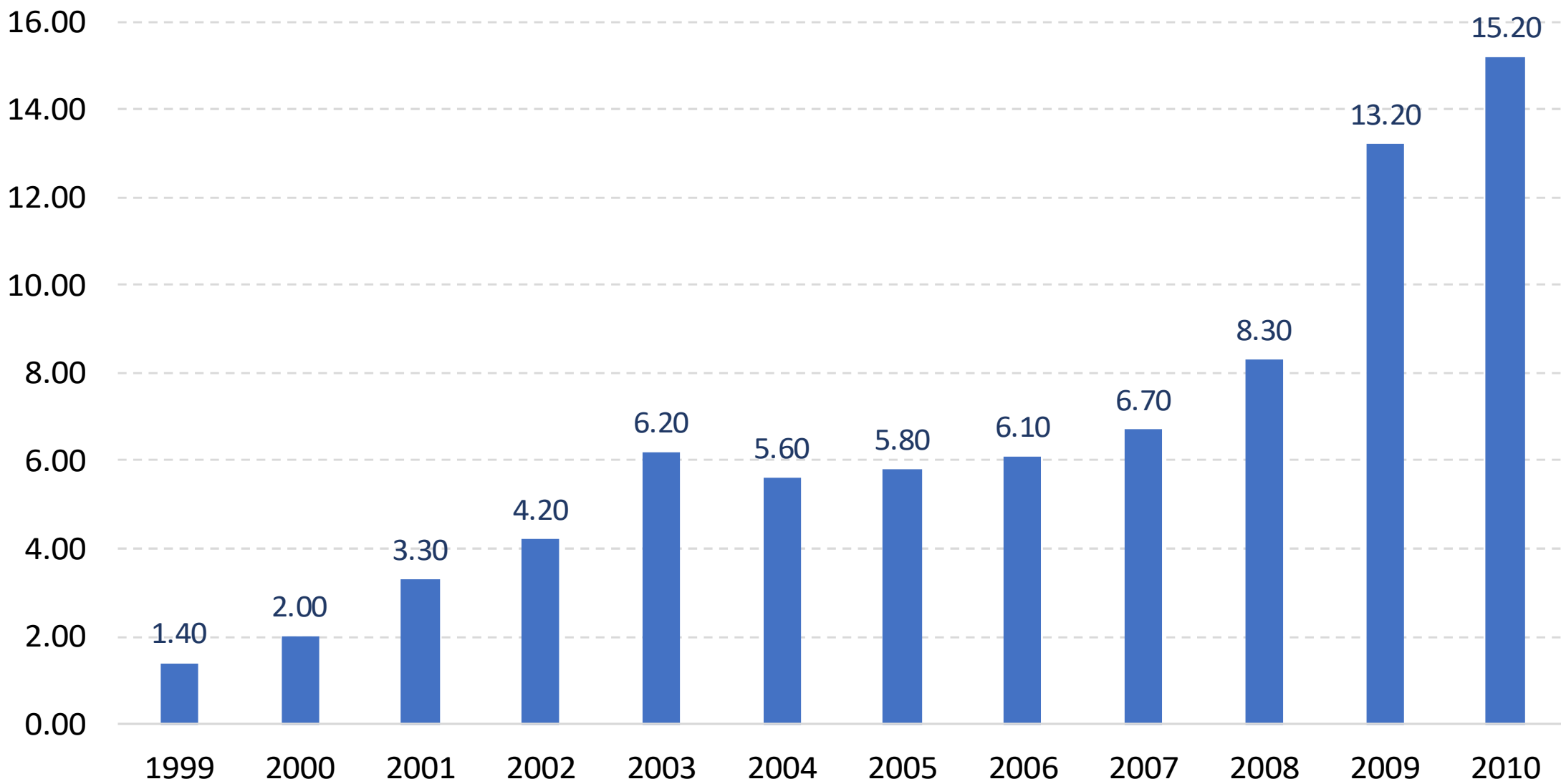
Termos de Troca - Index (média 2006 = 100) - Funcex



Balança Comercial e Conta Corrente (US\$ milhões)



Participação das Exportações Para a China (% do Total)



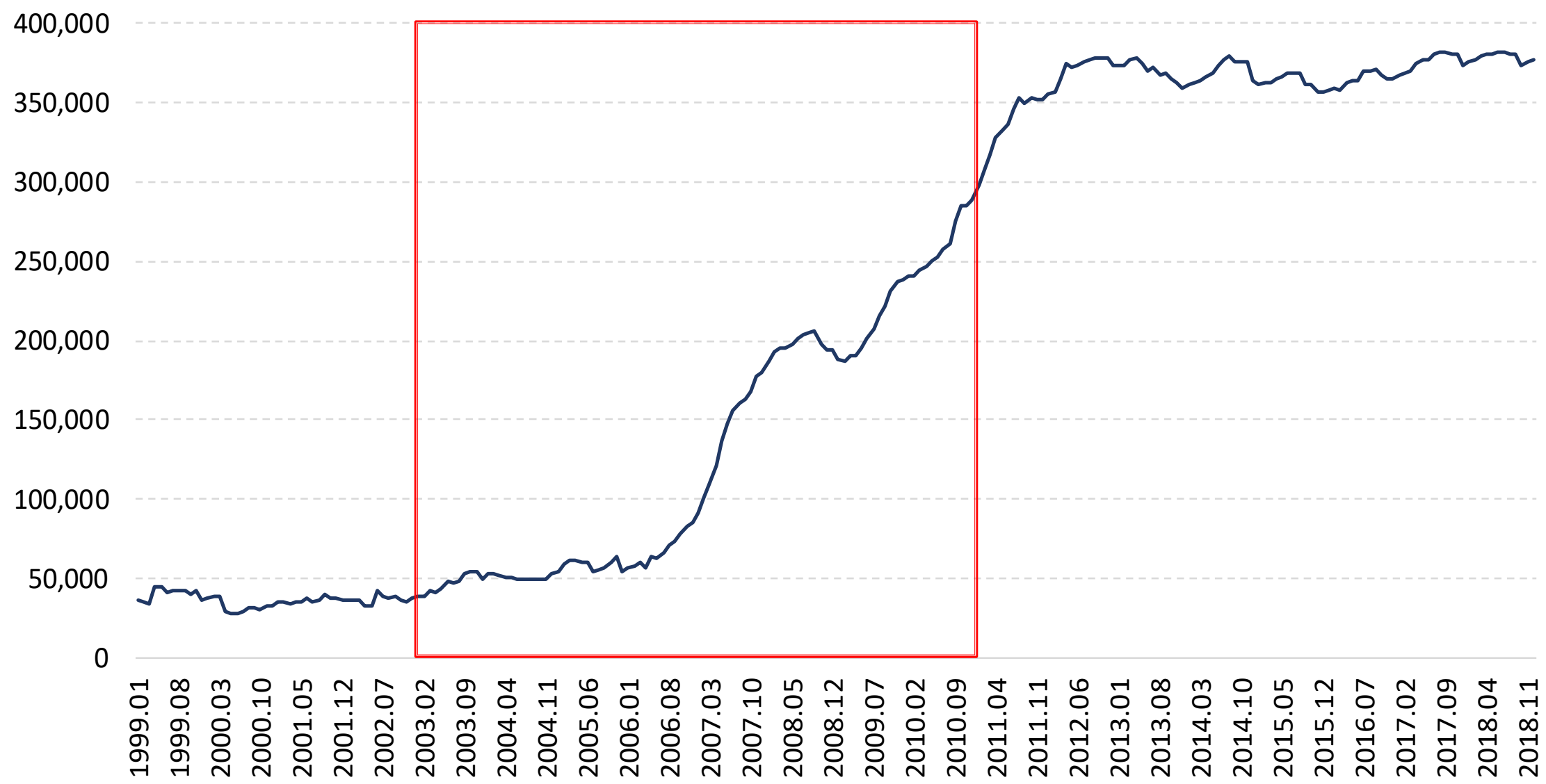
Taxa de Câmbio (R\$ / US\$) comercial - venda - fim período - BCB (1995-1 - 2017-9)



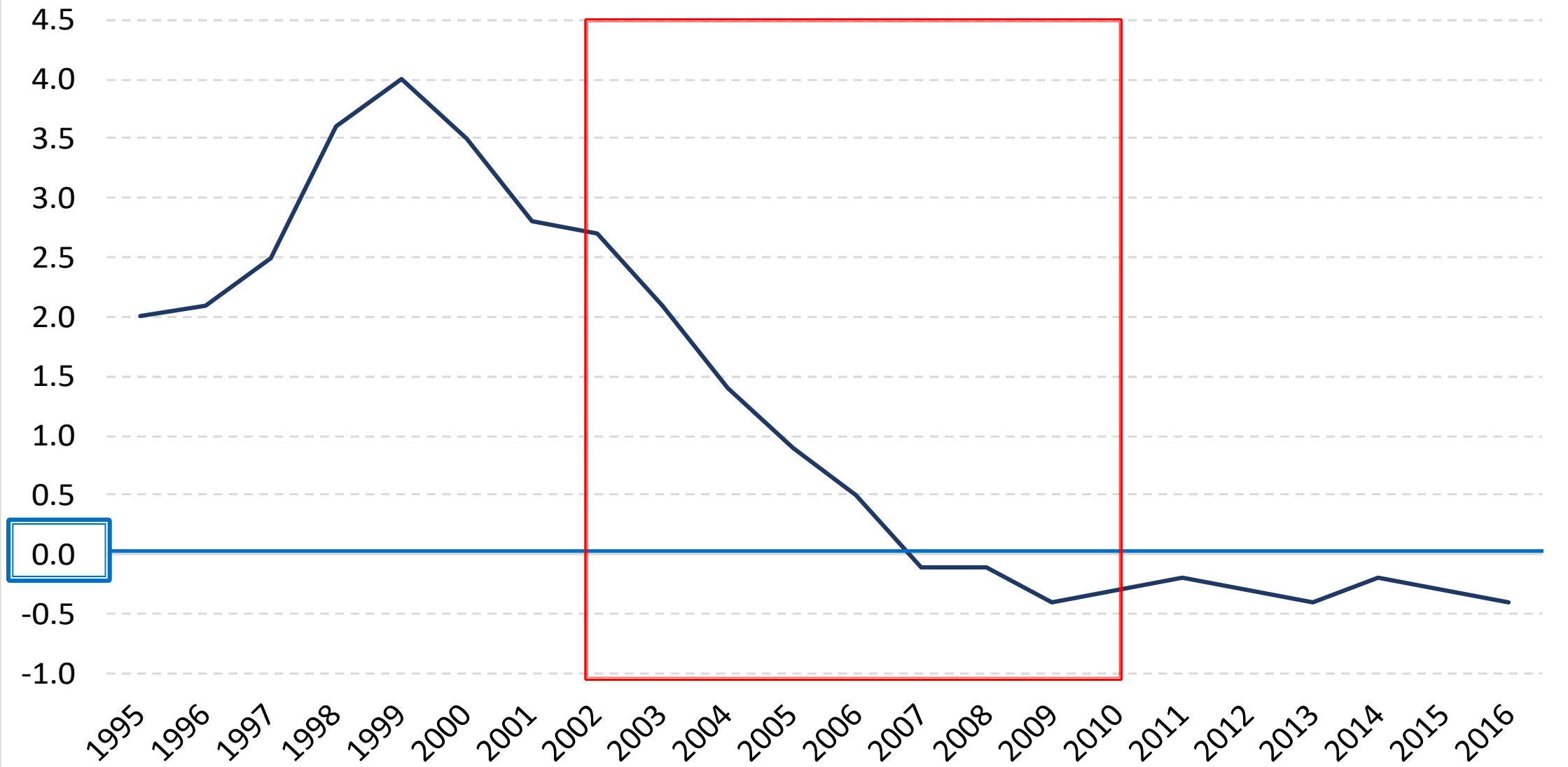


— Taxa de Câmbio Real - Index (1994-6=100)
— Taxa de câmbio real efetiva - INPC - exportações - Index (1994-6=100)

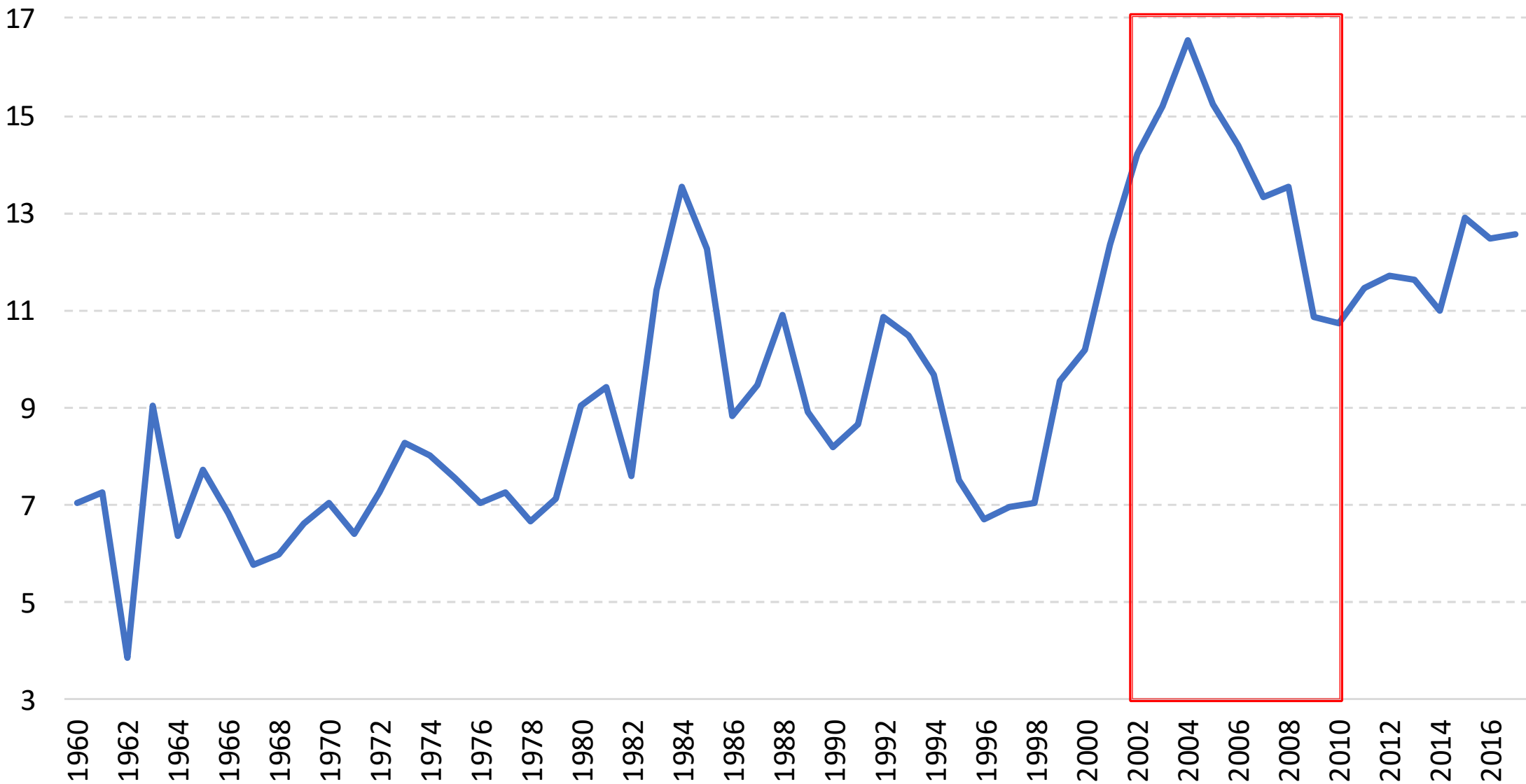
Reservas Internacionais - Milhões de US\$ - BCB (1999/01 - 2018-12)



Dívida Externa Líquida/Exportações - BCB



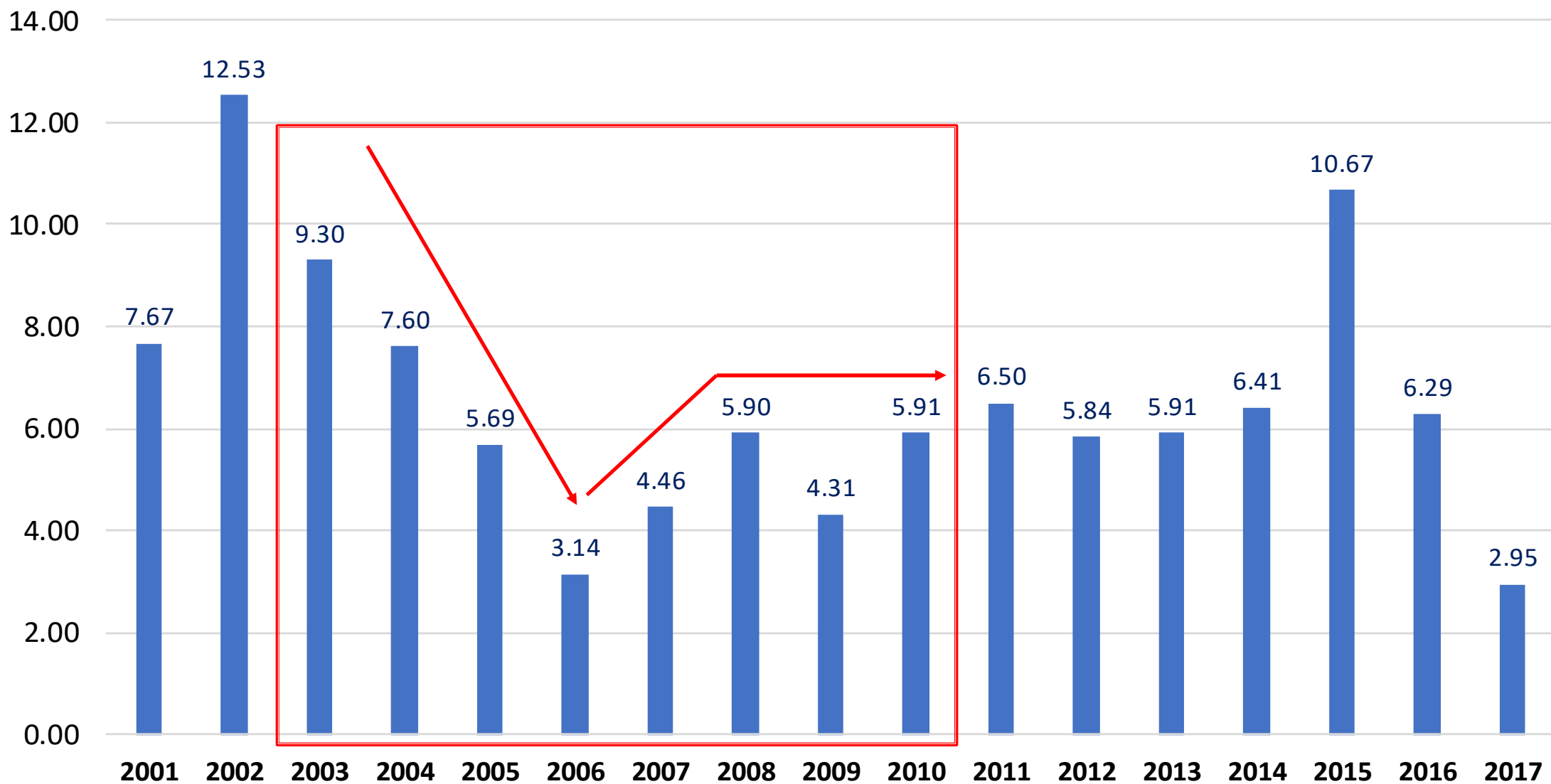
Brasil - Grau de Abertura (% do PIB) - 1960-2017 - Fonte: WDI - Banco Mundial



Selic (% a.a.) fixada pelo Copom



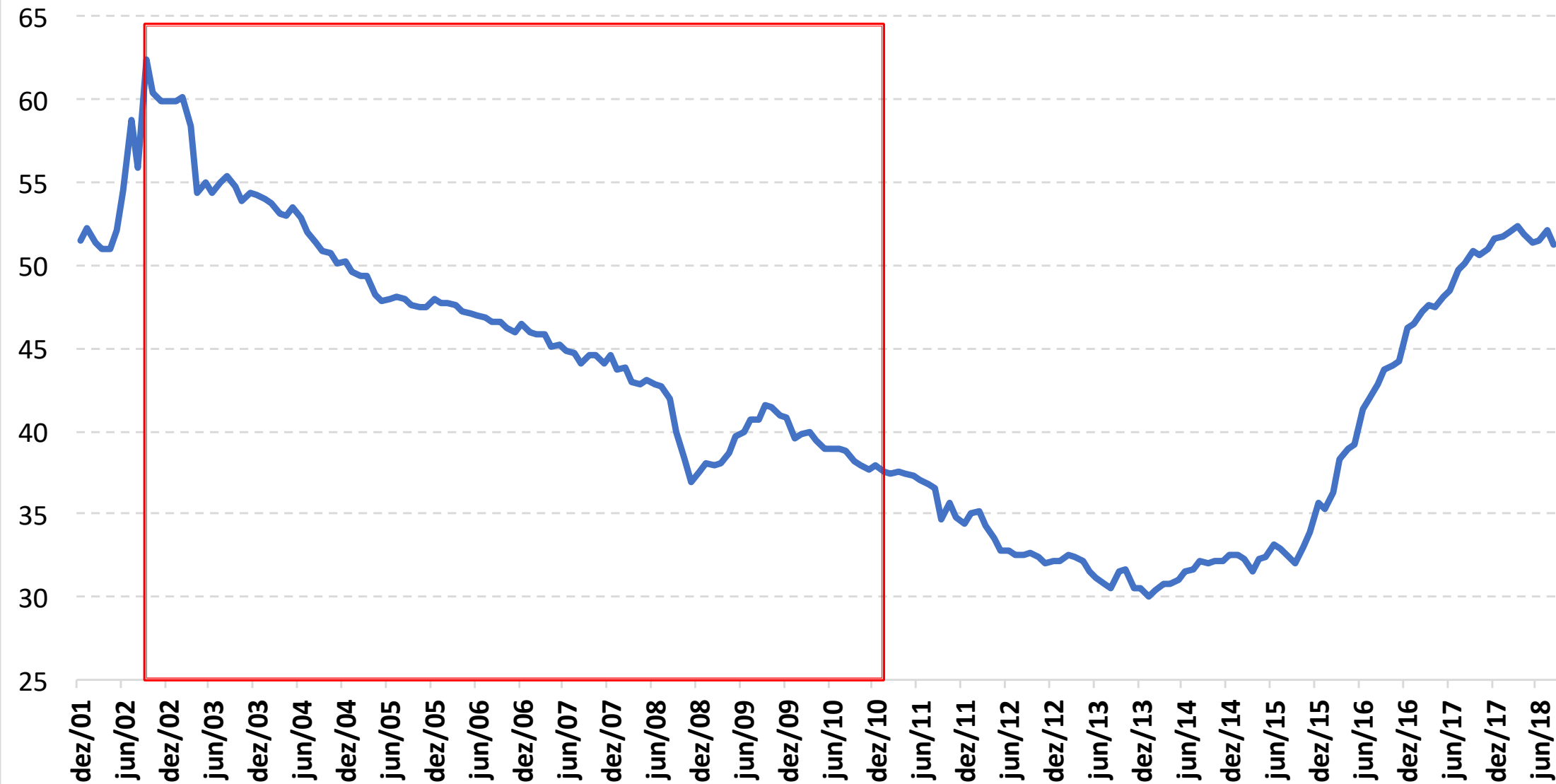
Inflação ao Consumidor (IPCA) - Final do Período - WEO-IMF



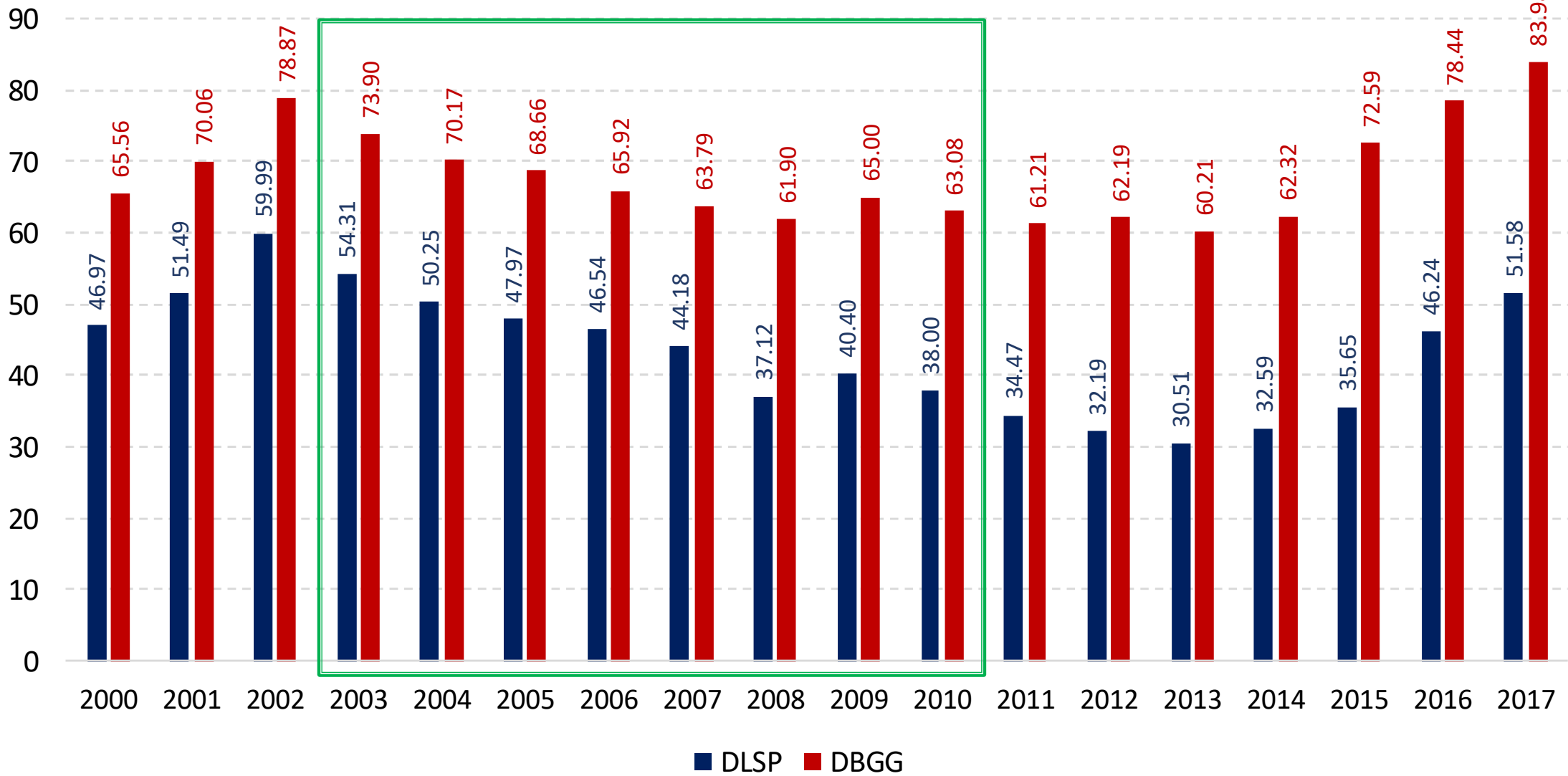
Resultado Fiscal (% PIB) - Fonte: BCB

	Primário					
	GC	EM	EE	Total	JN	Nominal
1985-1989	-0.40	0.10	1.00	0.70	n.d	n.d
1990-1994	1.60	0.60	0.60	2.80	n.d	n.d
1995-1998	0.30	-0.40	-0.10	-0.20	6.00	-6.20
1999-2002	1.90	0.60	0.80	3.30	7.30	-4.00
2003-2006	2.50	0.90	0.70	4.10	7.30	-3.20
2007	2.29	1.15	0.01	3.45	6.40	-2.95
2008	2.35	1.01	0.06	3.42	5.46	-2.04
2009	1.31	0.65	0.04	2.00	5.28	-3.28
2010	2.09	0.55	0.06	2.70	5.18	-2.48
2011	2.25	0.80	0.07	3.12	5.71	-2.59
2012	1.96	0.49	-0.06	2.39	4.86	-2.47
2013	1.55	0.34	-0.01	1.88	5.14	-3.26
2014	-0.4	-0.15	-0.08	-0.63	6.08	-6.71
2015	-1.98	0.16	-0.07	-1.89	8.50	-10.39
2016	-2.54	-0.04	0.04	-2.54	6.50	-9.04
2017	-1.80	0.10	0.00	-1.70	6.10	-7.80

DLSP - Governo Geral (% PIB) - Mensal - BCB (2001-12 - 2018-08)



Brasil: Dívida Bruta x Dívida Líquida (% PIB) - Fonte: Bacen

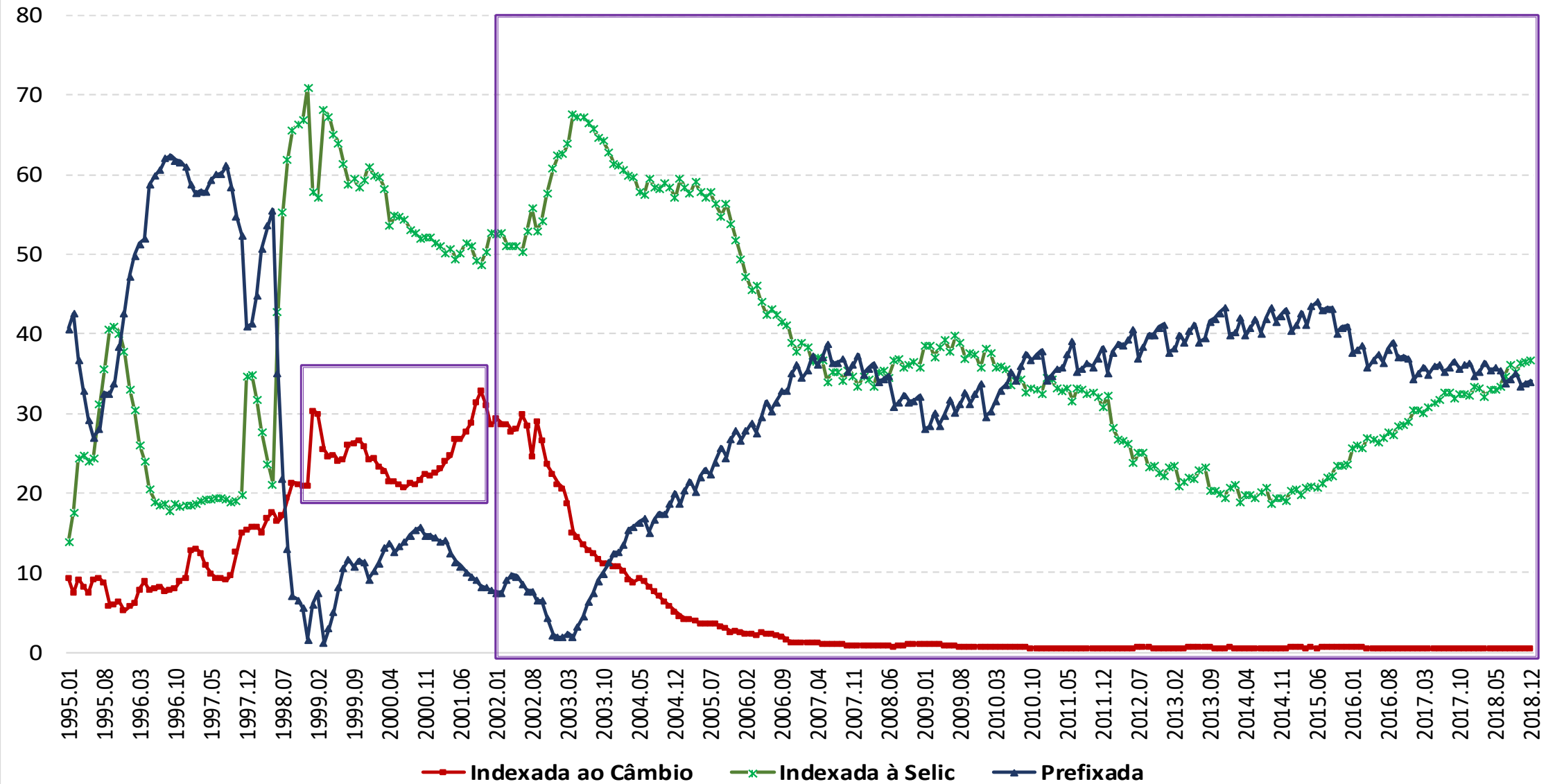




Observação: Indexadores da DLSP

- Em 1999 e 2002, nos momentos de forte depreciação do Real, a DLSP indexada ao câmbio superava 30% → isso elevou consideravelmente a dívida pública
 - O Bacen vendia títulos com correção cambial (oferecia *hedge*) para evitar a demanda por moedas estrangeira no mercado *spot*.
- A partir de 2003 a composição da DLSP foi sendo alterada:
 - Menor participação da dívida interna indexada ao câmbio;
 - Troca de títulos pós-fixados por títulos prefixados;
 - Isso aumenta a potência da política monetária.

Dívida Mobiliária Federal - Indexador (% do Total) - BCB - 1995/1 - 2018-12



Indicadores Macroeconômicos - Médias por Período - 2003 - 2010

	2003-2006	2007-2010	2003-2010
Taxa de Crescimento do PIB (% a.a.)	3.5	4.6	4.0
Inflação - IPCA (% a.a.)	6.4	5.1	5.7
Taxa de Desemprego - IBGE (%)	10.9	8.0	9.5
FBKF (% do PIB - Preços Correntes)	17.0	19.3	18.2
Exportações de Bens (Crescimento % em US\$ Correntes)	22.9	10.0	16.3
Importações de Bens (Crescimento % em US\$ Correntes)	17.9	18.8	18.3
Saldo da Balança Comercial (US\$ bilhões)	37.4	27.1	32.3
Saldo em Conta Corrente (US\$ bilhões)	10.9	-31.7	-10.4
Dívida Externa Líquida/Exportações de Bens	1.4	-0.1	0.7



Taxas de Crescimento do PIB			
Variável	2003 - 2006	2007 - 2010	2003 - 2010
Consumo Total	3.00	5.30	4.10
Consumo do Governo	2.50	3.90	3.20
Consumo das Famílias	3.20	5.70	4.40
FBKF	4.30	9.00	6.60
Exportações	10.00	1.70	5.80
Importações	9.70	13.60	11.60
PIB	3.50	4.50	4.00

Histórico de Metas para a Inflação no Brasil

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limites Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
1999			8	2	6-10	8,94
2000	Resolução 2.615	30/6/1999	6	2	4-8	5,97
2001			4	2	2-6	7,67
2002	Resolução 2.744	28/6/2000	3,5	2	1,5-5,5	12,53
2003 ^{1/}	Resolução 2.842	28/6/2001	3,25	2	1,25-5,25	9,30
	Resolução 2.972	27/6/2002	4	2,5	1,5-6,5	
2004 ^{1/}	Resolução 2.972	27/6/2002	3,75	2,5	1,25-6,25	7,60
	Resolução 3.108	25/6/2003	5,5	2,5	3-8	
2005	Resolução 3.108	25/6/2003	4,5	2,5	2-7	5,69
2006	Resolução 3.210	30/6/2004	4,5	2	2,5-6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/6/2005	4,5	2	2,5-6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/6/2006	4,5	2	2,5-6,5	5,90
2009	Resolução 3.463	26/6/2007	4,5	2	2,5-6,5	4,31
2010	Resolução 3.584	1/7/2008	4,5	2	2,5-6,5	5,91

1) A carta aberta, de 21/01/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004.



O Governo Lula: Pobreza e Equidade

- A partir da estabilização da economia, no final da década de 1990, tivemos um importante melhoria em diversos indicadores sociais.
 - Baixa inflação → contribuição para uma taxa de crescimento um pouco maior, maior potência das políticas sociais e maior expansão do crédito.
 - Destaque para o Bolsa Família, criado em 2004, que consistiu na unificação de 5 programas federais preexistentes: i) Bolsa Escola, ii) Bolsa Alimentação, iii) Auxílio Gás, iv) Cartão Alimentação e v) Erradicação do Trabalho Infantil.
 - O Bolsa Família também é importante para a redução das desigualdades regionais.
 - Em 2010 o PBF atingia 12 milhões de famílias com um custo aproximado de 0,5% do PIB.



O Governo Lula: Pobreza e Equidade

- 1) A distância entre os mais ricos e os mais pobres reduziu-se entre 2001 e 2009 → a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 1,5% a.a e a renda per capita dos 10% mais pobres aumentou 6,8% a.a.
- 2) O índice de Gini diminuiu de 0,57 para 0,52 entre 2001 e 2009.
- 3) O IDH do Brasil aumentou de 0,65 para 0,69 entre 2000 e 2010.
 - Isso corresponde a uma posição 73, entre 169 países.
 - O IDH considera três dimensões: i) renda, ii) educação e iii) saúde.



O Governo Lula: Política Industrial e Longo Prazo

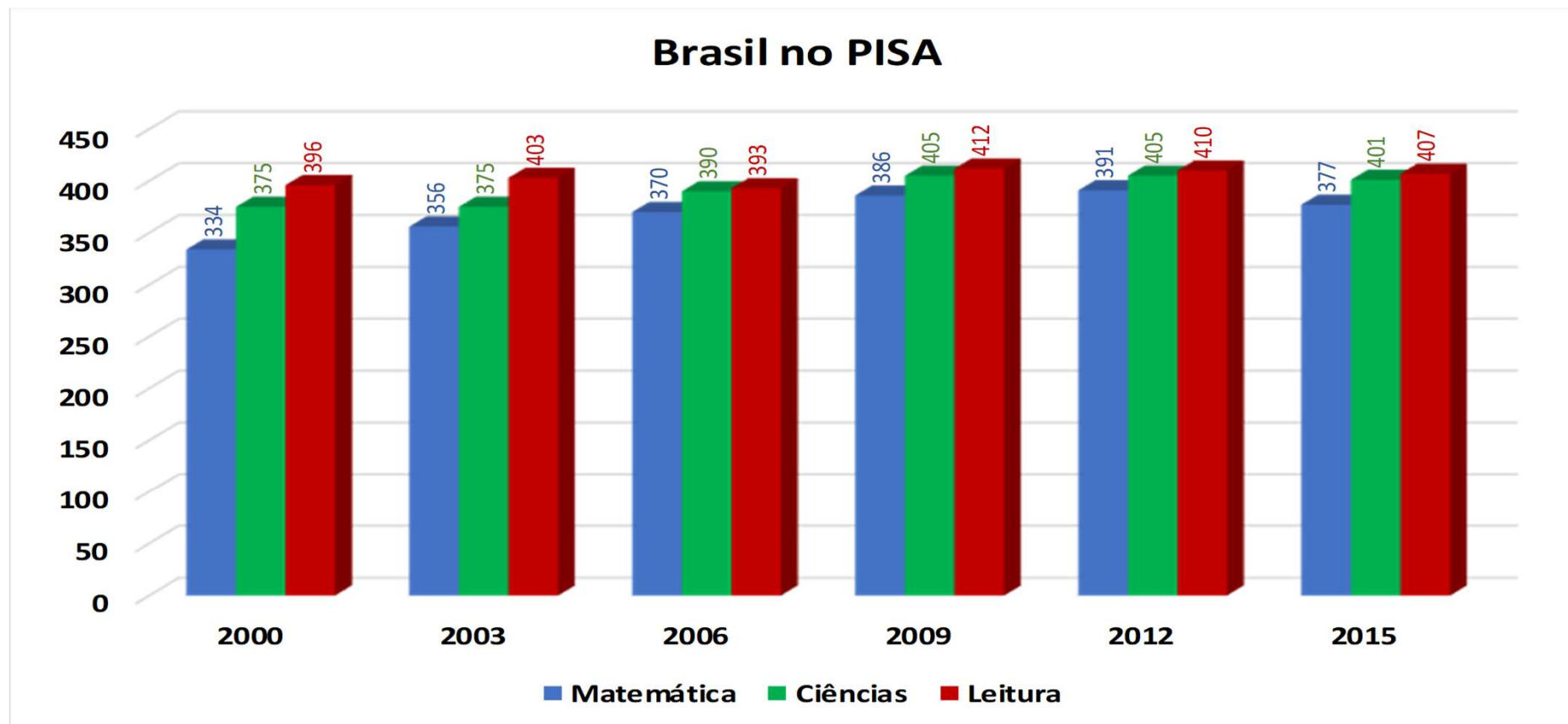
- 1) Política industrial vertical* com a escolha de “setores estratégicos” que deveriam ser incentivados: i) semicondutores, ii) software, iii) fármacos e medicamentos e iv) bens de capital.
 - Esses setores não se desenvolveram conforme o esperado.
- 2) Plano de Aceleração do Investimento: PAC I (Janeiro de 2007) e PAC II (março de 2010).
 - Tentativa de aumentar a taxa de crescimento através de investimentos do setor público em infraestrutura.
 - A taxa de investimento do setor público pouco aumentou.
- 3) Nosso grau de abertura diminuiu a partir de 2003.

* Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. MDIC – 2003.



O Governo Lula: Política Industrial e Longo Prazo

- 4) Nosso nível educacional não evoluiu → o resultado do PISA (*Programme for International Student Assessment*) denota esse fato → 63º lugar entre 70 países em 2015 (66º em matemática).

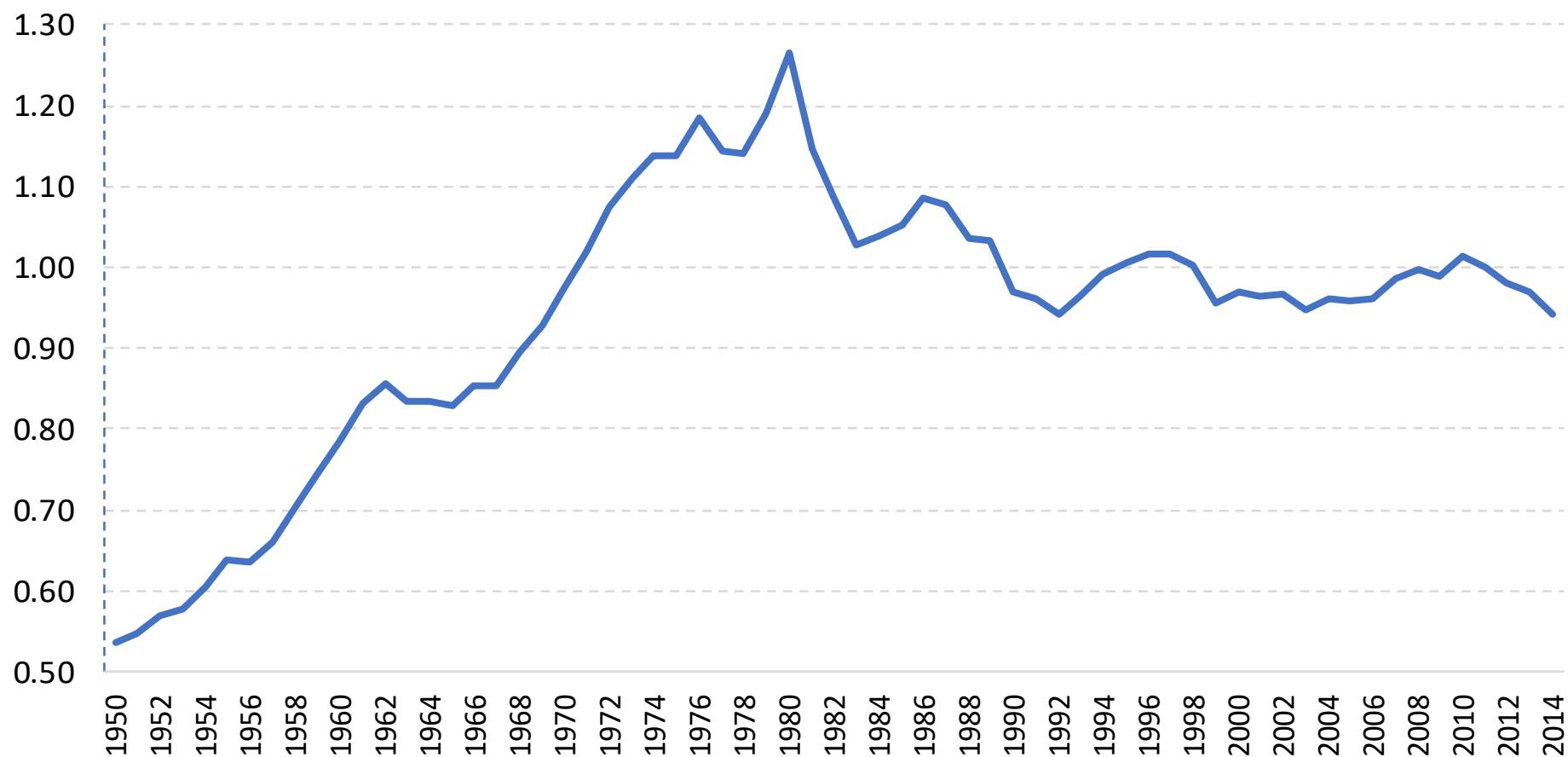




O Governo Lula: Política Industrial e Longo Prazo

5) A Produtividade Total dos Fatores (PTF) estagnou.

Brasil - PTF : Preços Constantes (2011 = 1) - Fonte: PWT 9.0





O Governo Dilma: Uma Introdução



O Brasil e a Crise Financeira de 2008

- A crise do *subprime* provocou a pior recessão mundial desde a 2ª guerra mundial → ela foi intensa, mas se dissipou mais rapidamente do que era imaginado inicialmente.
 - A taxa de crescimento da economia mundial anualizada em 2008-4 foi de -5,7% e em 2009-1 foi de -6,3%.
 - A trajetória é a mesma para os emergentes (com uma desaceleração, um pouco mais suave).
 - O PIB mundial encolheu 0,15% em 2009, cresceu 5,39% em 2010 e 3,95% a.a. entre 2010 e 2015.
 - O PIB Brasileiro encolheu 0,13% em 2009 (número já revisado).
- A política anticíclica (expansão fiscal e redução da taxa de juros) foi importante para amenizar a queda do PIB, que se recuperou rapidamente, crescendo 7,5% em 2010.



O Brasil e a Crise Financeira de 2008

- A partir de 2010 (notadamente a partir de 2012), a insistência em estimular a economia através das políticas fiscal e monetária (demanda), sem a contrapartida da expansão do produto potencial, acabou gerando uma série de desequilíbrios macroeconômicos.
 - Elevado déficit fiscal.
 - Elevação da taxa de inflação.
 - Elevado déficit em conta corrente (excesso de absorção).
- **Principal Consequência** → maior recessão do Brasil, considerando toda nossa série histórica para o PIB.
 - Crescimento de 0,51% em 2014, -3,55% em 2015 e expectativa (junho de 2016) de -3,86% para 2016 e 0,5% em 2017 (as taxas de crescimento foram -3,3% e 1,1% em 2016 e 2017 respectivamente).
 - Hiato do PIB em 2016-4 → -5,7%.



O Governo Dilma

- Em 1º de janeiro de 2011 Dilma Rousseff assume a presidência.
- Uma frase de Dilma, de novembro de 2005, quando ela ocupava a chefia da Casa Civil, é exemplar para mostrar o que estaria por vir.
 - Na discussão sobre a proposta de Palocci e Paulo Bernardo, com o apoio de Delfim Netto, de zerar o déficit público, Dilma declarou que tratava-se de “...uma proposta rudimentar...”, pois “gasto é vida”...
- Certamente essa ideia está por trás da nova matriz macroeconômica, política econômica oficializada através de um documento publicado pelo Ministério da Fazenda em dezembro de 2012, intitulado “Economia Brasileira em Perspectiva”.



O Governo Dilma

- Mesmo com os dados apontando para a quase inexistência de capacidade ociosa, baixo crescimento do produto potencial, inflação pressionada, e salários crescendo acima da produtividade, a NMM consistia em tentar estimular o crescimento via aumentos da demanda:
 - Redução (“na marra”) da taxa básica de juros e expansão desordenada do crédito público.
 - Desvalorização forçada da taxa de câmbio.
 - Aumento da despesa pública (reversão do resultado primário).
 - Redução dos custos de produção, de forma discricionária, via desonerações fiscais, redução do preço da energia elétrica e combustíveis.



O Ressurgimento do Problema Fiscal

- Superestimação sistemática do crescimento do PIB foi gerando um descrédito nas projeções fiscais apresentadas pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.
- O governo passou a descontar da meta de superávit uma série de investimentos e superestimar a taxa de crescimento do PIB (arrecadação), o que fazia da meta primária uma ficção estatística.
- As autoridades apelaram para a chamada “contabilidade criativa”, gerando valores questionáveis de receita a partir de triangulações contábeis utilizando as empresas estatais.



O Ressurgimento do Problema Fiscal

- Diversas despesas sociais passaram a ser financiadas, de forma sistemática, pelos bancos públicos, não impactando sobre a DLSP, assim como outras eram lançadas no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) apenas após o fechamento do mês/ano (“pedaladas”).
- Créditos suplementares foram abertos por decreto, sem compatibilidade com a meta fiscal aprovada pelo congresso.
- Houve uma “tentativa” de reverter essas práticas a partir de 2015, com a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda.



Algumas Conclusões

- Os problemas do Governo Dilma Rousseff foram de certo modo consequência da herança de questões inconclusas não abordadas devidamente na gestão de Governo anterior.
 - Como as deficiências da infraestrutura ou a insuficiência de nosso sistema educacional.
- A essas questões se somaram, porém, outros erros que afetaram os setores de energia e petróleo.
 - Falta de clareza das regras, incluindo controles de preços no **setor de energia** → Quase tivemos um racionamento de energia elétrica.
 - Falta de investimentos no **setor de petróleo**: **i)** política de conteúdo nacional, **ii)** decisões estratégicas de investimento no setor (participação da Petrobrás) e **iii)** política de preços da Petrobrás.



Algumas Conclusões

■ PIB Real x PIB Potencial

- 1993 a 1997: o crescimento se deu basicamente via demanda, com a oferta ficando defasada.
- 1998 a 2003: o dinamismo ainda menor da economia, numa época de crise, levou à **criação de uma ociosidade significativa**.
- A partir de 2004, essa relação se inverteu e, mesmo que o crescimento do produto potencial tenha se expandido, ele o faz abaixo do crescimento do PIB, **com a capacidade ociosa sendo reduzida**.
- Nos últimos anos da série, o crescimento do produto potencial voltou a diminuir, mas como o do PIB desacelerou mais ainda, a capacidade ociosa aumentou um pouco.



Algumas Conclusões

Contribuições Para o Crescimento do PIB Potencial e Variação do PIB Real Médias Por Período (% a.a.)

Período	Contribuição Para o PIB Potencial				PIB Real
	Capital	Trabalho	PTF	PIB Potencial	
1993 - 1997	0.9	0.6	1.1	2.6	4.1
1998 - 2003	0.8	1.3	0.4	2.5	1.8
2004 - 2008	0.9	1.7	1.3	3.9	4.8
2009 - 2015	1.5	0.9	0.1	2.5	1.7

Fonte: Souza Júnior, J.R. - IPEA



Valor em Bolsa da Petrobrás e da Eletrobrás (Fim de Período) (Bilhões de R\$ - Preços constantes de dezembro de 2015)

	Petrobras	Eletrobras
2006	391	49
2007	705	44
2008	347	45
2009	516	60
2010	533	37
2011	384	35
2012	317	12
2013	252	11
2014	141	9
2015	101	9

Fonte: Bloomberg



Algumas Conclusões

- **Adicionalmente, a má gestão fiscal e monetária.** A capacidade ociosa já se mostrava praticamente esgotada no início do governo (o índice de utilização da capacidade instalada da FGV já ultrapassava 85% no início do governo). Mesmo assim:
 - Estímulos fiscais (maiores gastos) e desonerações aumentaram consideravelmente o déficit fiscal.
 - As taxas de juros foram reduzidas mesmo com a inflação pressionada.
- **Em 2015:**
 - Inflação = 10,67%
 - Déficit Público = 10,39% do PIB
 - Crescimento = -3,6%
 - O resultado em Conta Corrente do BP também se deteriorou significativamente já em 2014 (déficit de US\$ 104 bilhões)



Algumas Conclusões

- A taxa de desemprego ainda continuou a diminuir até 2014, mesmo com uma taxa bem menor de crescimento da população ocupada, pois a taxa de crescimento da PEA diminuiu consideravelmente.
- Adicionalmente: a taxa de desemprego é uma variável que demora a responder ao comportamento do nível de atividade econômica.

Mercado de Trabalho					
Taxas de Crescimento Médias (% a.a.)					
Período	PIA	PEA	População Ocupada	PIB	Produto por Trabalhador
2004 - 2010	1.71	1.71	2.62	4.47	1.80
2011 - 2015	1.19	0.70	0.68	0.98	0.30

- Tudo isso acabou piorado pelo relacionamento conturbado do Executivo com o Legislativo.



Dados

Histórico de Metas para a Inflação no Brasil

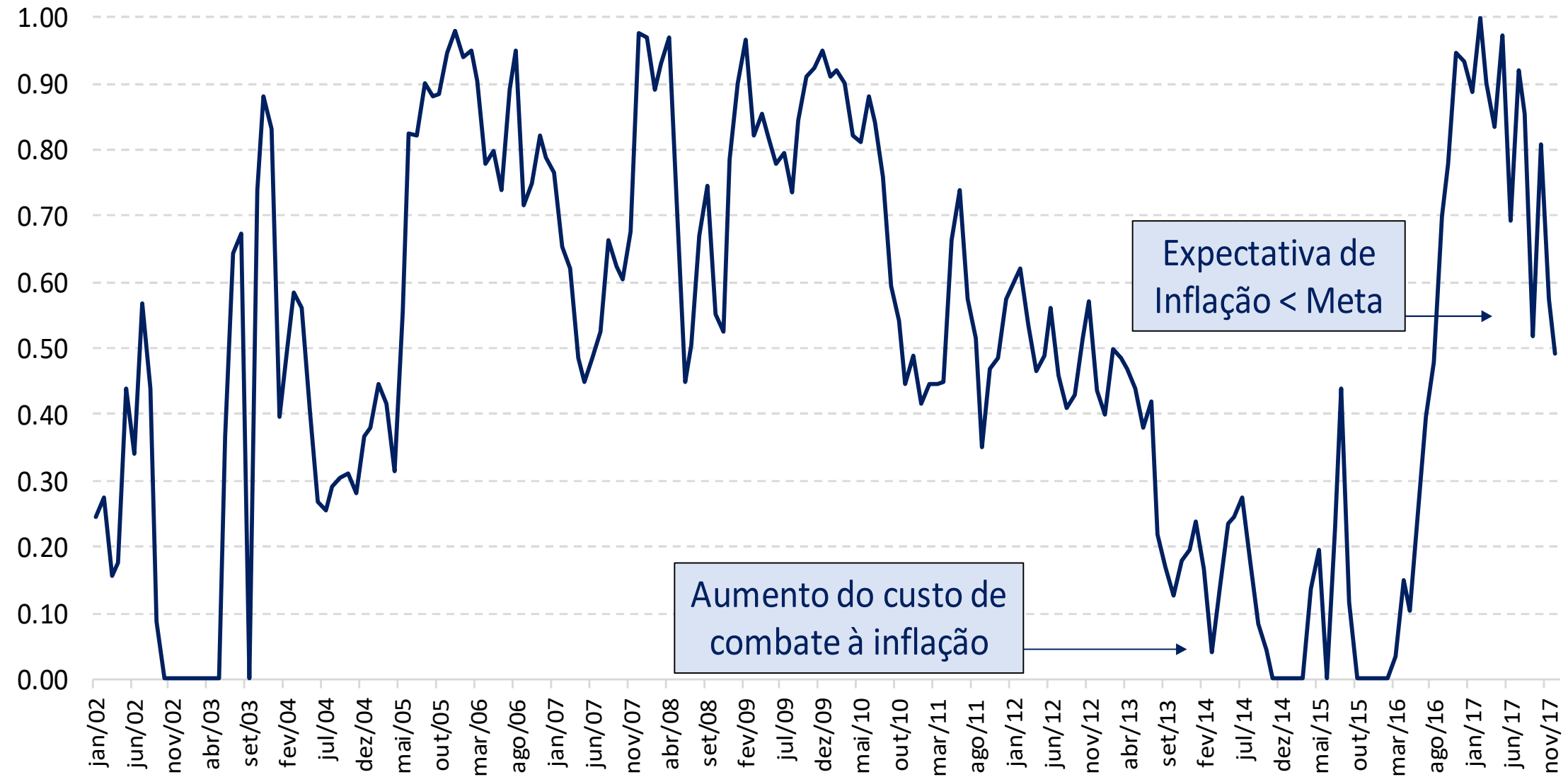
Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (P.P.)	Limites (%)	Inflação - IPCA (% a.a.)
1999	Resolução 2.615	30/06/1999	8	2	6 - 10	8,94
2000			6	2	4 - 8	5,97
2001			4	2	2 - 6	7,67
2002	Resolução 2.744	28/06/2000	3,5	2	1,5 - 5,5	12,53
2003*	Resolução 2.842	28/06/2001	3,25	2	1,25 - 5,25	
	Resolução 2.972	27/06/2002	4	2,5	1,5 - 6,5	9,30
2004*	Resolução 2.972	27/06/2002	3,75	2,5	1,25 - 6,25	
	Resolução 3.108	25/06/2003	5,5	2,5	3 - 8	7,60
2005	Resolução 3.108	25/06/2003	4,5	2,5	2 - 7	5,69

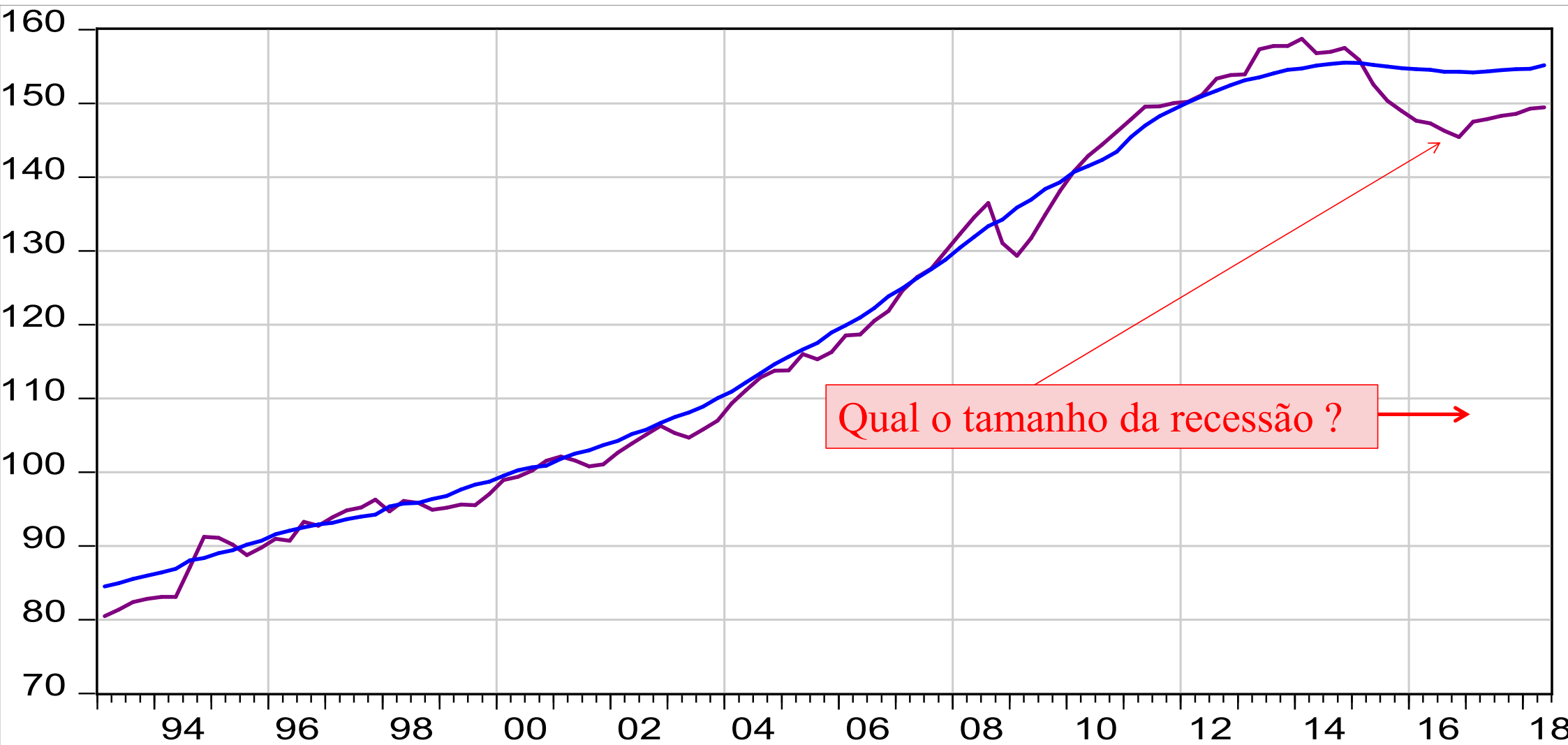
* A Carta Aberta, de 21/1/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004.

Histórico de Metas para a Inflação no Brasil

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (P.P.)	Limites (%)	Inflação - IPCA (% a.a.)
2006	Resolução 3.210	30/06/2004	4,5	2,0	2,5 - 6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/06/2005	4,5	2,0	2,5 - 6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/06/2006	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,90
2009	Resolução 3.463	26/06/2007	4,5	2,0	2,5 - 6,5	4,31
2010	Resolução 3.584	01/07/2008	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,91
2011	Resolução 3.748	30/06/2009	4,5	2,0	2,5 - 6,5	6,50
2012	Resolução 3.880	22/06/2010	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,84
2013	Resolução 3.991	30/06/2011	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,91
2014	Resolução 4.095	28/06/2012	4,5	2,0	2,5 - 6,5	6,41
2015	Resolução 4.237	28/06/2013	4,5	2,0	2,5 - 6,5	10,67
2016	Resolução 4.345	25/06/2014	4,5	2,0	2,5 - 6,5	6,29
2017	Resolução 4.419	25/06/2015	4,5	1,5	3 - 6	2,95
2018	Resolução 4.499	30/06/2016	4,5	1,5	3 - 6	3,75

Credibilidade do Bacen - Index



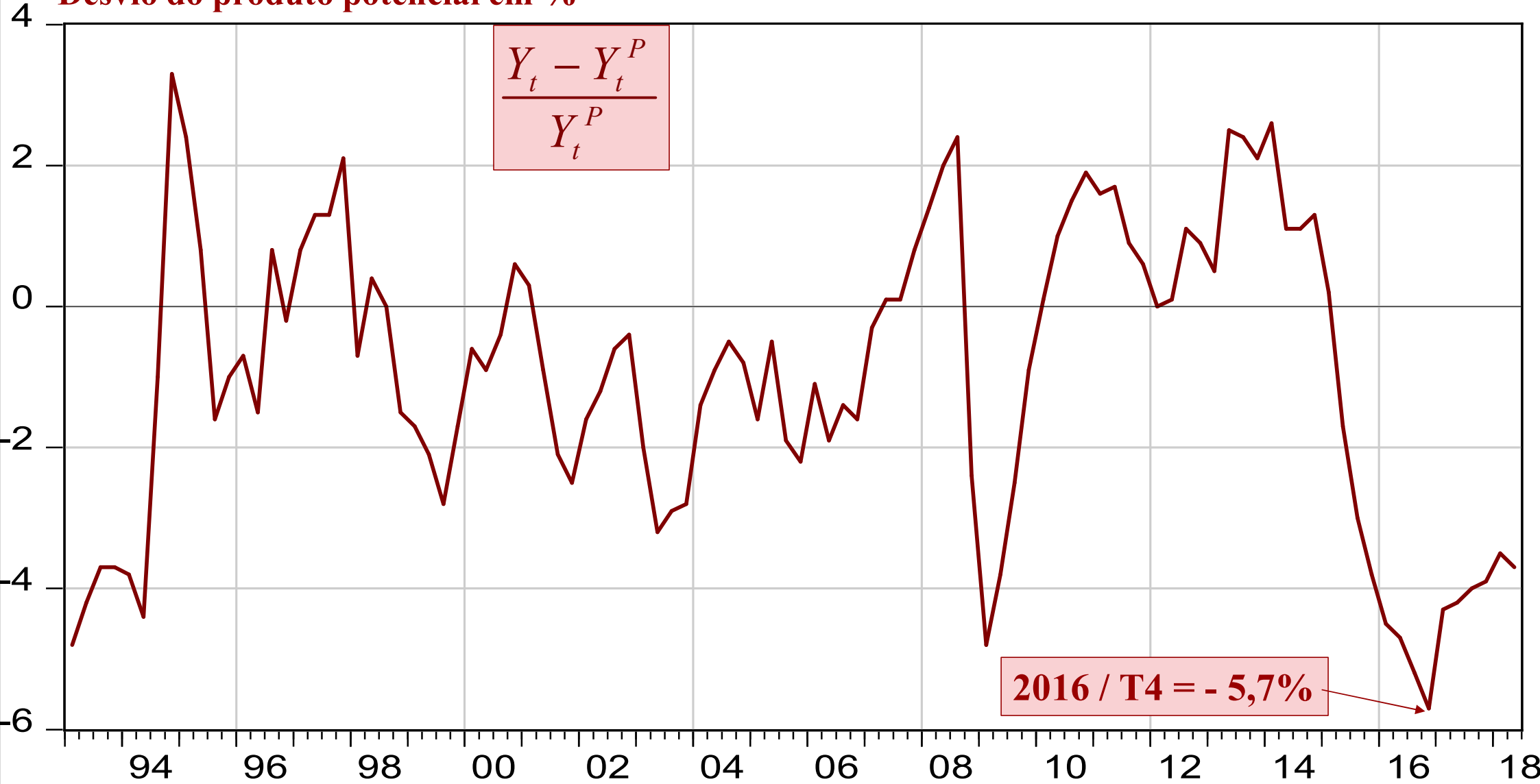


— Produto Efetivo com Ajuste Sazonal (2000=100)
— Produto Potencial

Hiato do Produto

Desvio do produto potencial em %

$$\frac{Y_t - Y_t^P}{Y_t^P}$$



2016 / T4 = - 5,7%

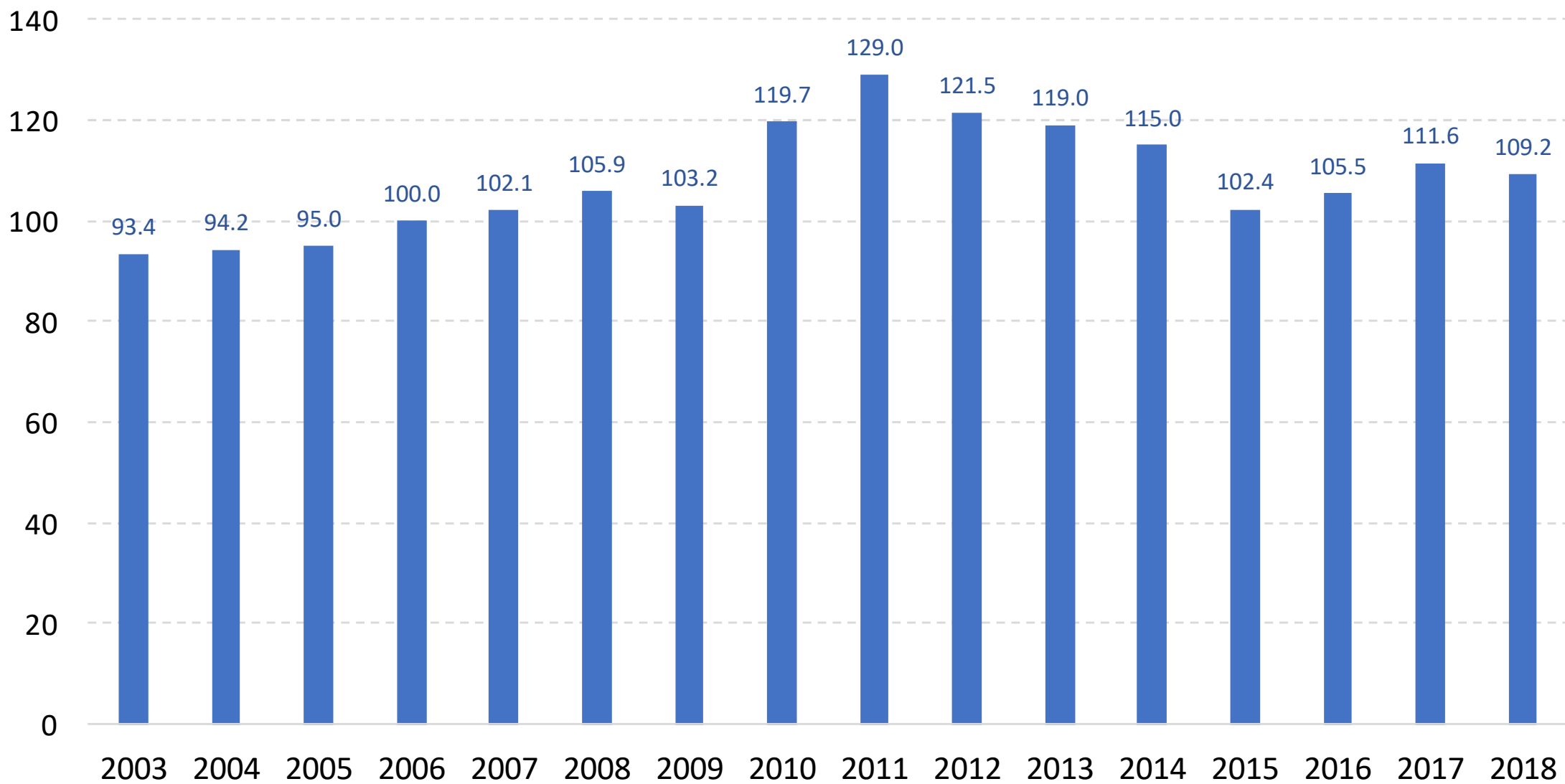
Indicadores Macroeconômicos			
	2011 - 2014	2015	2011 - 2015
Taxa de Crescimento do PIB (% a.a.)	2.2	-3.6	1.1
Inflação - IPCA (% a.a.)	6.2	10.7	7.1
Taxa de Desemprego - IBGE (%)	5.4	6.8	5.7
FBKF (% do PIB - Preços Correntes)	20.6	18.2	20.1
Exportações de Bens (Crescimento % em US\$ Correntes)	2.7	-15.2	-1.1
Importações de Bens (Crescimento % em US\$ Correntes)	6.0	-25.3	-1.2
Saldo da Balança Comercial (US\$ bilhões)	9.7	17.7	11.3
Saldo em Conta Corrente (US\$ bilhões)	-82.5	-58.9	-77.8
Dívida Externa Líquida/Exportações de Bens	-0.2	-0.2	-0.2



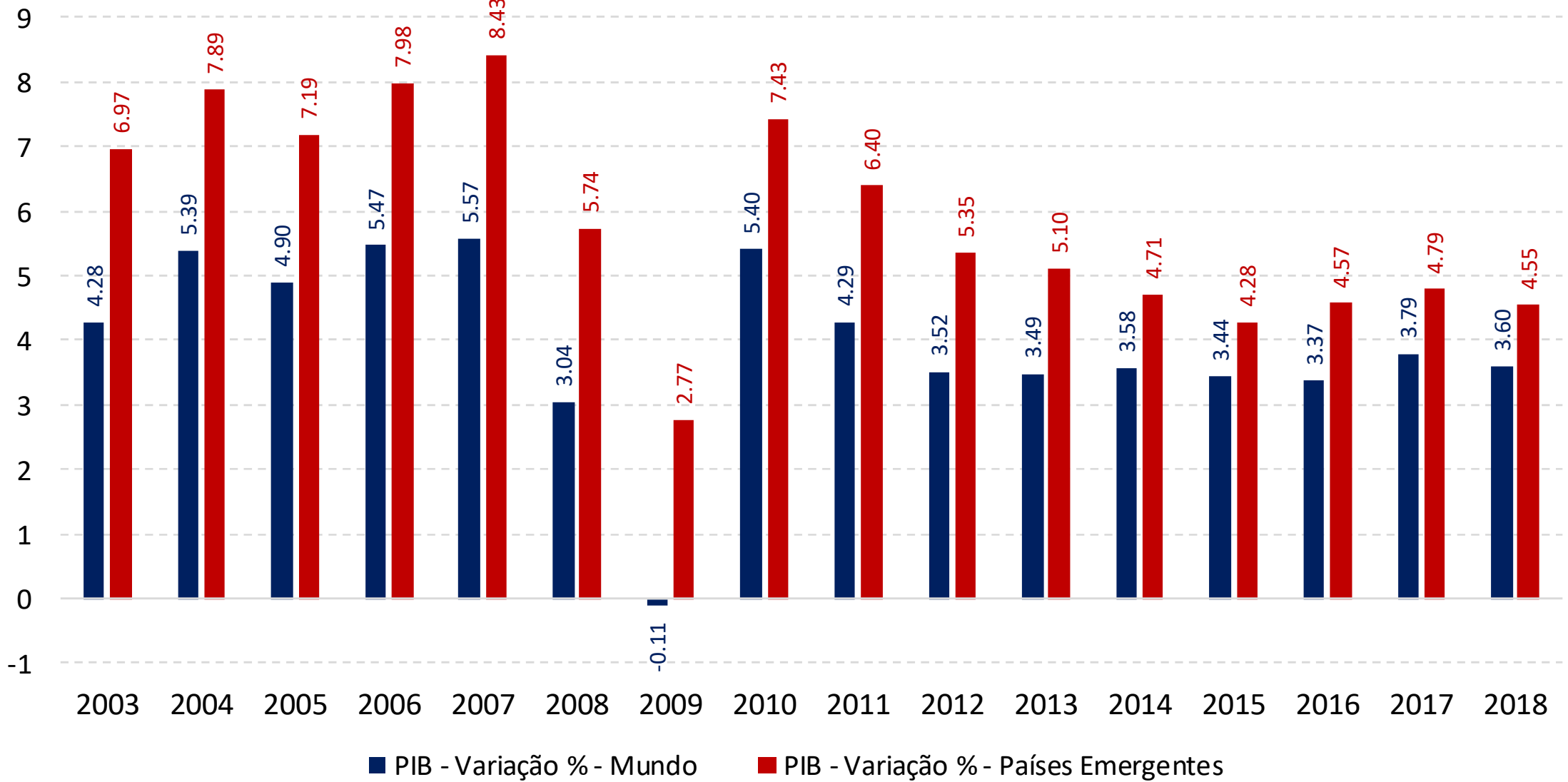
Taxas de Crescimento do PIB

Variável	2011 - 2014	2015	2016	2017
Consumo Total	2.90	-3.30	-2.92	0.82
Consumo do Governo	1.80	-1.10	0.21	-0.87
Consumo das Famílias	3.30	-4.00	-3.82	1.40
FBKF	2.10	-14.10	-12.13	-2.49
Exportações	1.60	6.10	0.86	5.24
Importações	4.00	-14.30	-10.34	4.99
PIB	2.20	-3.55	-3.31	1.06

Termos de Troca - Index (média 2006 = 100) - Funcex



Taxa de Crescimento da Economia Mundial



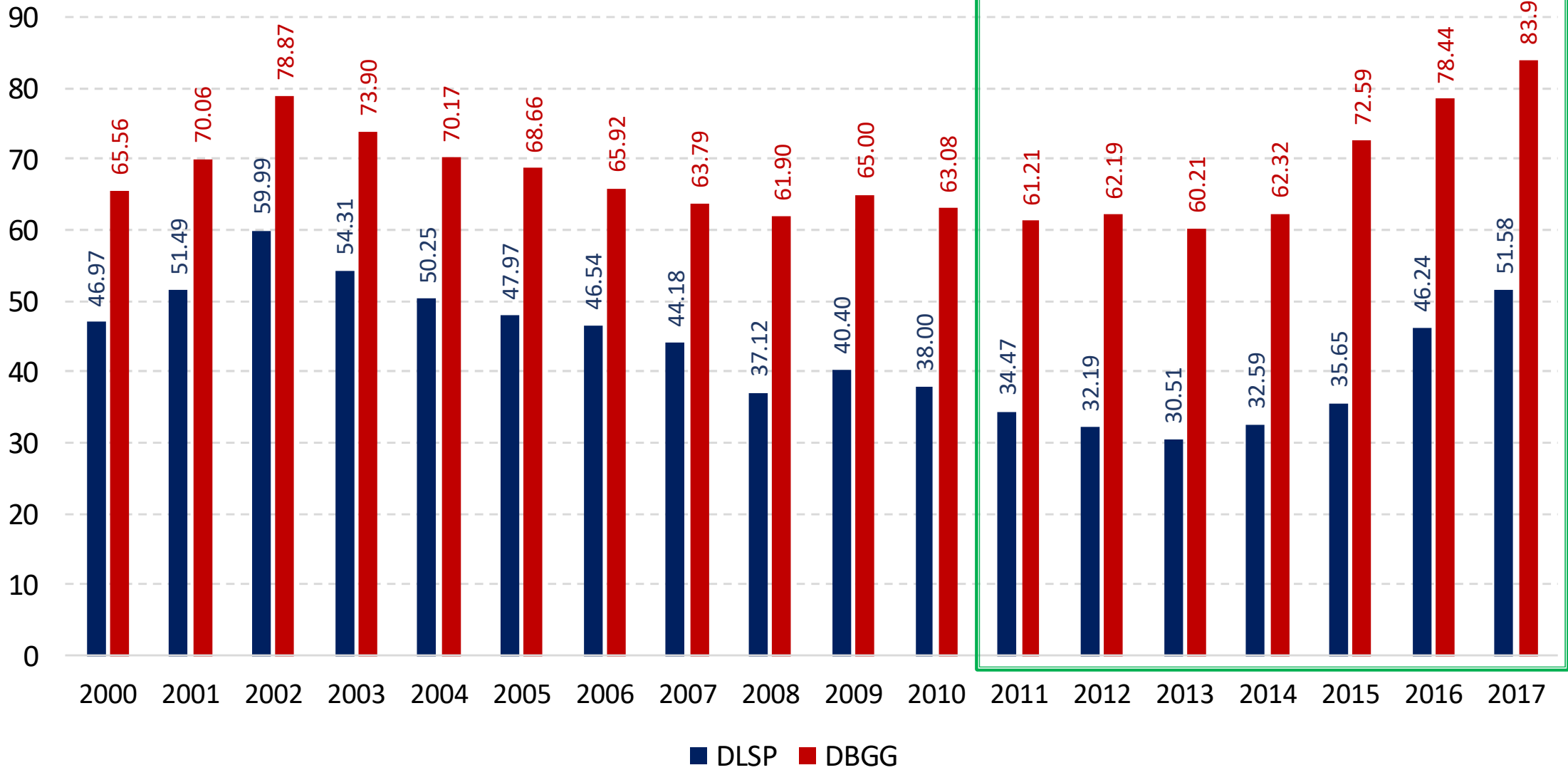
Resultado Fiscal (% PIB) - Fonte: BCB

	Primário					
	GC	EM	EE	Total	JN	Nominal
1985-1989	-0.40	0.10	1.00	0.70	n.d	n.d
1990-1994	1.60	0.60	0.60	2.80	n.d	n.d
1995-1998	0.30	-0.40	-0.10	-0.20	6.00	-6.20
1999-2002	1.90	0.60	0.80	3.30	7.30	-4.00
2003-2006	2.50	0.90	0.70	4.10	7.30	-3.20
2007	2.29	1.15	0.01	3.45	6.40	-2.95
2008	2.35	1.01	0.06	3.42	5.46	-2.04
2009	1.31	0.65	0.04	2.00	5.28	-3.28
2010	2.09	0.55	0.06	2.70	5.18	-2.48
2011	2.25	0.80	0.07	3.12	5.71	-2.59
2012	1.96	0.49	-0.06	2.39	4.86	-2.47
2013	1.55	0.34	-0.01	1.88	5.14	-3.26
2014	-0.4	-0.15	-0.08	-0.63	6.08	-6.71
2015	-1.98	0.16	-0.07	-1.89	8.50	-10.39
2016	-2.54	-0.04	0.04	-2.54	6.50	-9.04
2017	-1.80	0.10	0.00	-1.70	6.10	-7.80

DLSP - Governo Geral (% PIB) - Mensal - BCB (2001-12 - 2018-08)



Brasil: Dívida Bruta x Dívida Líquida (% PIB) - Fonte: Bacen





As Políticas Sociais do Governo Dilma

- **Plano Brasil Sem Miséria (BSM)** → tentativa de superar a extrema pobreza, que envolvia: **i)** garantia de renda, **ii)** inclusão produtiva e **iii)** acesso a serviços públicos.
 - Para atender à parcela mais vulnerável (crianças de zero a seis anos), foi lançado o “**Brasil Carinhoso**” → maior número de vagas em creches e ampliação da distribuição de vitamina A e medicamentos para asma.
- **Pronatec** (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) → Ensino técnico e qualificação profissional.
- Inclusão de 700 mil famílias no programa “**Minha Casa Minha Vida**”.
- Ampliação do **FIES** (Fundo de Financiamento Estudantil).
- Adicionalmente: “Água Para Todos”, “Luz Para Todos” e “Ciência Sem Fronteiras”



As Políticas Sociais do Governo Dilma

- Em grande medida os programas foram mal desenhados.
- Boa parte deles sofreu descontinuidade (2014-2015) com cortes severos de verbas.



1) CEBRASPE (CESPE) - 2019 - Analista de Gestão de Resíduos Sólidos (SLU DF)/Economia

- Entre 2001 e 2005, o grau de desigualdade de renda no Brasil declinou de forma acentuada e contínua, atingindo, em 2005, o nível mais baixo dos últimos 30 anos. O coeficiente de Gini declinou quase 5%, e a razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres, mais de 20%. Essa redução na desigualdade contribuiu para diminuir substancialmente a pobreza e melhorar as condições de vida da população mais carente, mesmo em um período de relativa estagnação da renda *per capita*.
 - *R. P. de Barros et al. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2006, v. 1, p. 379 (com adaptações).*
- Considerando o texto precedente, julgue o item seguinte a respeito das desigualdades pessoais de renda e de riqueza no Brasil no presente século.
- A expansão das políticas de transferências governamentais à parcela mais pobre da população contribuiu na redução da desigualdade de 2001 a 2005.

Certo

Errado



2) CEBRASPE (CESPE) - 2018 - Analista Administrativo (EBSERH)/Economia

- Julgue o próximo item, relativo ao comportamento recente da economia brasileira e às políticas econômicas adotadas pelos últimos governos.
- Embora a segunda metade do primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha sido marcada pelo aumento expressivo do gasto público, quando comparada aos dois primeiros anos de mandato, os resultados primários e as taxas de juros e de câmbio viabilizaram a redução da dívida líquida do setor público.

Certo

Errado



3) FGV - 2018 - Analista Legislativo (ALERO)/Economia

- A taxa de informalidade no mercado de trabalho apresentou queda entre 2002 e 2012.
- Assinale a opção que indica uma das razões para essa queda.
 - a) O aumento dos anos médios de estudo da força de trabalho.
 - b) A redução da taxa de desemprego.
 - c) A valorização real do salário mínimo.
 - d) A redução do grau de abertura da economia.
 - e) O aumento da dívida pública devido à política fiscal expansionista.



4) FGV - 2018 - Analista Legislativo (ALERO)/Economia

- Em relação ao regime de metas de inflação no governo Lula (2002 a 2010), observou-se que, ao final dessa década, o regime apresentava alguns desafios.
- Em relação a tais desafios, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() A alta da taxa de inflação de 2010 poderia impactar a taxa de 2011.

() Conciliar o regime de metas com um crescimento mais elevado do PIB.

() Reduzir a meta inflacionária para o nível de países desenvolvidos, abaixo de 1%.

- As afirmativas são, respectivamente,

a) V, V e V.

b) V, V e F.

c) V, F e F.

d) F, F e V.

e) F, F e F



5) FGV - 2022 - Consultor Legislativo (SEN)/Assessoramento Legislativo/Política Econômica e Finanças Públicas

Em relação às medidas adotadas no país para enfrentamento da crise financeira global de 2008/2009, ou os impactos dessa crise sobre a economia nacional, assinale (V) para a afirmativa correta e (F) para a falsa.

(V) Houve redução das reservas bancárias e da taxa de juros pelo BACEN.

(V) Como a situação fiscal era favorável, adotou-se política fiscal expansionista, incluindo redução do IPI de automóveis, linha branca, materiais de construção, dentre outros.

(V) A posição externa favorável, com nível elevado de reservas e posição líquida credora, fez com que o impacto da desvalorização cambial sobre as finanças públicas fosse atenuado.

As afirmativas são, respectivamente,



- a) V, V e V.
- b) V, V e F.
- c) V, F e F.
- d) F, F e V.
- e) F, F e F.



6) Defensoria Pública - MT – Economista – FGV – 2015 - 75

No governo Dilma Roussef (2011-2014), foram implementadas diversas políticas com o objetivo de manter o processo de desenvolvimento do país. Em relação à eficácia e os efeitos de algumas dessas políticas, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

(V) A desoneração da folha de pagamentos, iniciada em alguns setores da indústria, pode ter contribuído para a manutenção de uma baixa taxa de desemprego, mas gerou questionamentos sobre a real economia no pagamento de impostos, principalmente de setores intensivos em capital.

(F) Os estímulos dados pela política do Brasil Maior para a indústria provocaram efeitos positivos, elevando o emprego formal do setor.

(V) A contínua elevação de gastos públicos, atrelado à redução da arrecadação tributária, culminaram, em 2014, em um dos piores superávits primários da série histórica o que contribuiu para manter a taxa de inflação próxima do teto da meta.



As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, F e V.
- b) V, F e F.
- c) F, V e F.
- d) F, F e V.
- e) F, F e F.



7) CESGRANRIO- 2018 - Profissional Transpetro de Nível Superior (TRANSPETRO)/Comunicação Social

- Durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011- 2014), a equipe governamental procurou reverter a desaceleração econômica em curso, por meio de uma política macroeconômica baseada em isenções fiscais para empresas de diversos setores da economia e forte estímulo ao crédito para a compra de bens de consumo.
- O principal efeito dessa política, no médio prazo, foi
 - a) lograr maior crescimento econômico no período do que o observado durante o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010).
 - b) provocar maior incremento na demanda agregada do que na oferta agregada e, conseqüentemente, maior inflação.
 - c) produzir aumento acentuado da produtividade das empresas brasileiras, particularmente as do setor industrial.
 - d) acarretar forte expansão da taxa de investimento na economia brasileira.
 - e) reduzir fortemente as taxas de juros médias de curto prazo na economia.



8) CESGRANRIO - 2018 - Profissional Petrobras de Nível Superior (PETROBRAS)/Economia

- Mais espanto ainda causou a “matriz do ministro”, a Nova Matriz Econômica (...). Em julho de 2012, Mantega anunciaria oficialmente o enterro do tripé. A base da política econômica brasileira não seria mais formada pelo triângulo do câmbio flutuante, das metas de inflação e do superávit primário.

- DE BOLLE, M.B. Como matar a borboleta azul: uma crônica da era Dilma. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, p.119.

- No comentário crítico, a economista Mônica de Bolle refere-se à chamada Nova Matriz Econômica, adotada pela equipe econômica de Dilma Rousseff (2011-2014), cujos objetivos principais foram

- a) reduzir as taxas de juros e depreciar o real brasileiro.
- b) introduzir o regime de câmbio fixo e apreciar o real brasileiro.
- c) eliminar o regime de metas de inflação e aumentar o superávit primário.
- d) reduzir os subsídios fiscais e controlar o crédito ao consumidor.
- e) aumentar a meta de inflação e apreciar o real brasileiro.

9) FGV - 2022 - Senado Federal - Consultor Legislativo - Política Econômica e Sistema Financeiro

- Nos anos 2015 e 2016, em virtude da deterioração dos cenários político e econômico, observou-se uma das maiores recessões da história brasileira. Em termos anuais, a queda real do PIB foi de aproximadamente 3,5%, a.a., em 2015 e 2016. Essa recessão decorreu dos seguintes fatores, **à exceção de um**. Assinale-o.
 - a) Da queda ter ocorrido principalmente pelo investimento (FBCF) e difundida em seus dois principais componentes: máquinas e equipamentos e construção civil.
 - b) Da piora da economia global, mas também de um esgotamento do ciclo de crescimento anterior, que vinha desde o início dos anos 2000.
 - c) Da deterioração das contas públicas já antes de 2015, com piora dos resultados primários e aumento de dívida pública, levando a um temor em relação à possibilidade de perda do grau de investimento.
 - d) Da descompressão dos preços administrados, realizada no início de 2015, além do aperto da política monetária, com o objetivo de tentar evitar que a inflação extrapolasse a meta.
 - e) Da redução dos incentivos tributários, elevando a carga tributária e, conseqüentemente, pressionando ainda mais os preços e desestimulando investimentos privados.



10) QUESTÃO 14 – 2018 - ANPEC

- Sobre o comportamento do mercado de trabalho e a política de emprego e salários, podemos dizer que:

0) Ocorreu uma elevação da taxa de desemprego entre 1994 e 2002, sendo que tal comportamento se deveu ao mau desempenho do mercado de trabalho no primeiro Governo FHC (1995-1998).

V – Conforme vimos o aumento ocorreu, fundamentalmente, durante o primeiro mandato de FHC (entre 1997 e 1998)

1) Primeiro Governo Dilma Rousseff (2011 – 2014), ocorreu um movimento de redução da taxa de crescimento da População Ocupada em relação ao segundo Governo Lula (2007-2010), mas também da População Economicamente Ativa (PEA), uma combinação que permite entender o comportamento de redução do desemprego no Governo Rousseff.

V - A taxa de crescimento da PO diminuiu, mas a taxa de crescimento da PEA permitiu que a taxa de desemprego diminuísse até 2014.